



Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP OS
Programa de Pós- graduação em Tecnologia Ambiental
Mestrado Profissional em Tecnologia Ambiental

**SANEAMENTO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DA
REALIDADE SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE CHICO MENDES
RECIFE – PE**

Sergio Guimarães de Souza

Recife – PE, dezembro de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Sergio Guimarães de Souza

**SANEAMENTO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DA
REALIDADE SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE CHICO MENDES
RECIFE – PE**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Tecnologia Ambiental da Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP OS como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Tecnologia Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Fátima Maria Brayner, Dra.
Mestrando: Sergio Guimarães de Souza

Recife – PE, dezembro de 2007

S729s

Souza, Sérgio Guimarães de, 1958

Saneamento ambiental e inclusão social : um estudo da realidade socioambiental na comunidade Chico Mendes Recife – PE./ Edimilson Roberto da Silva. - Recife: Ed. do Autor, 2007.

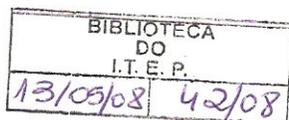
87f. : il.

Inclui bibliografia

Orientador: Dr^a Fátima Maria Miranda Brayner
Dissertação (Mestrado) – Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP-OS, 2007.

1.SANEAMENTO AMBIENTAL. 2. INCLUSÃO SOCIAL. 3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. I. Brayner, Fátima Maria Miranda. II. Título.

CDU 628.4

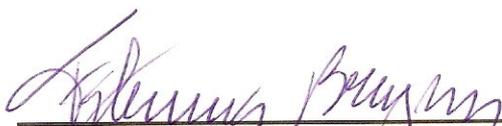


Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP OS
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental
Mestrado Profissional em Tecnologia Ambiental

**SANEAMENTO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DA
REALIDADE SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE CHICO MENDES - RECIFE –
PE**

Sergio Guimarães de Souza

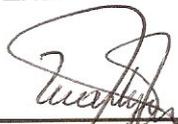
Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos(as)
seguintes professores(as):



Fátima Maria Brayner, Dra.
Orientadora



Ivo Vasconcelos Pedrosa, Dr.
Examinador ITEP/OS



Maria Máry de Oliveira, PhD.
Examinadora Externa

Dissertação aprovada no dia 21/12/2007, no Mestrado Profissional em Tecnologia
Ambiental Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental do ITEP OS

**Para meus filhos,
*Bernardo, Daniel e Sérgio.***

AGRADEÇO:

A Deus, sempre presente em minha trajetória de vida.

À minha mãe, meus irmãos e irmãs, a toda minha família, pelas orações e pelo amor que nos une.

Ao meu pai, *in memoriam*, pela rica contribuição moral e espiritual que teve na minha formação.

À minha mulher, Odalisca Moraes que, com carinho, atenção e dedicação, compartilha meu dia a dia, ajudando a tornar meus sonhos metas alcançadas.

A Alcir de Paula, sinônimo de amizade e generosidade.

A Normanda Beserra, pelo incentivo amigo e apoio incontestes.

Ao Prof. Humberto Alencar, amigo sempre presente e grande incentivador.

A Sílvio Amorim, pelo companheirismo e incentivo.

À Profa. Fátima Brayner, que acompanhou, estimulou e exigiu meu crescimento acadêmico e pessoal, nesses últimos meses, emprestando-me seu brilho e competência.

À Profa. Marly Oliveira, delicada e competente leitora, por sua valiosíssima contribuição.

Ao Prof. Ivo Pedrosa, pela contribuição na construção de meus conhecimentos.

À Profa. Marta Duarte, por sua perspicácia e valiosa contribuição.

À Profa. Sofia Brandão, pela delicada atenção e compromisso.

À coordenação do Mestrado – Profa. Sônia Pereira, ao Prof. Caetano Monteiro e aos funcionários da Secretaria, Cristiane Santos e Marcos Maia, que sempre nos atenderam com presteza e dedicação.

Aos moradores da Comunidade Chico Mendes, em especial à presidente da Associação dos Moradores, que se dispuseram a participar desta pesquisa e com quem partilhei saberes, experiências, expectativas.

Ao Diretor Geral do CEFETPE, Prof. Sérgio Gaudêncio, que compreendeu e concretizou as condições necessárias para participação nesse Mestrado em Tecnologia Ambiental, e a todos que contribuíram com compreensão, amizade e estímulo.

Vencer o atraso é um desafio colocado pela história, mas ele só adquire sentido concreto se servir para eliminar a pobreza do Brasil.

PAUL SINGER

RESUMO

Esta pesquisa analisa os impactos das políticas públicas de saneamento ambiental e suas repercussões no processo de inclusão social na comunidade Chico Mendes, Recife – PE, nos aspectos relativos a mudanças na qualidade de vida da população a partir das ações realizadas, como instrumento de valorização da cidadania e com relevância para as ações voltadas para a elevação do padrão de qualidade de vida, do desenvolvimento local e, conseqüentemente, da construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Alinha-se, assim, à perspectiva de Bucknall et al. (2007) acerca desses temas e de seus “efeitos importantes sobre a saúde, o trabalho e a segurança dos pobres”, analisando os impactos das políticas públicas de saneamento ambiental e de inclusão social nessa comunidade, a partir das intervenções do poder público municipal, ocorridas no período de 1991 a 2007. O saneamento, considerado como um conjunto de medidas que visam modificar as condições do meio com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, é um item essencial para garantir a saúde pública, bem como para o bom desempenho em todas as atividades básicas a ele associadas como abastecimento de água, destino das águas servidas e dos dejetos, destino do lixo, controle de vetores de doenças e higiene dos alimentos, habitação, local de trabalho, escolas etc. O saneamento é, portanto, uma questão de políticas públicas que visam, segundo Silva Filho (1998), “preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir as doenças e promover a saúde”, para que possamos promover a elevação do padrão de qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania. Em outras palavras: em nosso estudo, o saneamento básico é compreendido como um serviço público, vinculado à produção de um direito social. Conclui-se, no contato direto com as pessoas da Comunidade Chico Mendes, que o povo precisa do poder público para o seu desenvolvimento social, mas também fortalece em nós a certeza de que a educação formal pode amparar as expectativas de uma vida melhor, porém, seguramente, a inexistência da educação escolar não vai impedir que o povo possa contribuir com reivindicações e soluções para o desenvolvimento da própria comunidade.

Palavras-chave: *saneamento ambiental, inclusão social, desenvolvimento sustentável.*

ABSTRACT

This research analyzes the impacts of the public politics of environmental sanitation and their repercussions in the process of social inclusion in the community Chico Mendes, Recife - PE, in the relative aspects to changes in the quality of life of the population starting from the accomplished actions, as instrument of valorization of the citizenship and with relevance for the actions gone back to the elevation of the pattern of life quality, of the local development and, consequently, of the construction of a fairer and more human society. It joins, like this, to the perspective of Bucknall et al. (2007) near of those themes and of their important "effects on the health, the work and the poor" safety, analyzing the impacts of the public politics of environmental sanitation and of social inclusion in that community, starting from the interventions of the municipal public power, happened in the period from 1991 to 2007. The sanitation, considered as a group of measures that objective to modify the conditions of the environmental with the purpose of to prevent diseases and to promote the health, is an essential item to guarantee the public health, as well as for the good acting in all of the basic activities to him associated as water supply, destiny of the served waters and of the dejections, destiny of the garbage, control of vectors of diseases and hygiene of the foods, house, work place, schools etc. The sanitation is, therefore, a subject of public politics that objective, according to Silva Filho (1998), to "preserve or to modify the conditions of the environment with the purpose of to prevent the diseases and to promote the health", so that we can promote the elevation of the pattern of life quality and the full exercise of the citizenship. In other words: in our study, the basic sanitation is understood as a public service, linked to the production of a social right. We ended, in the direct contact with the Comunidade Chico Mendes people, that the people need the public power for his social development, but it also strengthens in us the certainty that the formal education can aid the expectations of a better life, but certainly, the inexistence of the school education won't forbid that the people can contribute with claims and solutions to the own community's development.

Word-key: *environmental sanitation, social inclusion, maintainable development.*

Sumário

	Introdução	11
		17
1.	Capítulo I – Objetivos	
2.	Capítulo II – Saneamento Ambiental e Inclusão Social	18
	Concepções e aspectos legais	18
	Aspectos históricos do sanitarismo no Brasil	22
	Evolução histórica do saneamento em Pernambuco	25
	Saúde pública	28
	Meio ambiente e sociedade	32
	Desenvolvimento e inclusão social	34
3.	Capítulo III – Metodologia	41
4	Capítulo IV – Área de estudo – Comunidade Chico Mendes	44
5	Capítulo V – Resultados e Discussões	48
6	Capítulo VI – Considerações finais	75
	REFERÊNCIAS	82
	Apêndices	

INTRODUÇÃO

Saneamento ambiental e inclusão social são temas que se inserem no contexto das políticas públicas como instrumento de valorização da cidadania, com relevância notadamente entre as ações voltadas para a elevação do padrão de qualidade de vida, do desenvolvimento local e, conseqüentemente, a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Nesse sentido, a Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS – tem estimulado o desenvolvimento de pesquisas através do Programa de Pós-graduação em Tecnologia Ambiental, do qual este trabalho é resultado, inserindo-se na linha de pesquisa Áreas Degradadas, alinhando-se, assim, à perspectiva de Bucknall et al. (2007), acerca desses temas e seus “efeitos importantes sobre a saúde, o trabalho e a segurança dos pobres”.

Considerando que o meio ambiente e os recursos naturais podem representar impacto sobre a pobreza e partindo do pressuposto de que as políticas públicas de saneamento ambiental da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) influenciam no processo de inclusão social e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades, proporcionando uma melhor qualidade de vida à população, decidimos estudar as questões ambientais nas dimensão social e humana na Comunidade Chico Mendes – Recife – PE – buscando analisar os impactos das políticas públicas de saneamento ambiental e de inclusão social nessa área, para identificar se existiu, de fato, uma melhoria da qualidade de vida nessa comunidade a partir das intervenções do poder público municipal, ocorridas no período de 1991 a 2007. Para tanto, nosso estudo parte de aportes teóricos sobre as políticas voltadas para a sustentabilidade do meio ambiente e temas correlatos, na direção de um desenvolvimento integrado sustentável.

O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a comunidade Chico Mendes, situada no Recife, na Região Político-administrativa nº. 5 – RPA 5, que se limita, ao norte, com o conjunto residencial Ighes Andreazza; ao sul, com o Rio Tejiipió; a leste, com a Av. Recife e a oeste, com a linha férrea da Rede Ferroviária Federal. Mais precisamente, a comunidade está localizada no bairro de Areias, zona Sul do Recife, à margem da Av. Recife (sentido Boa Viagem), em uma região de planície, adjacente ao prédio da Empresa de Manutenção Urbana da Prefeitura da Cidade do Recife — EMLURB. A comunidade Chico Mendes faz parte da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Caçote.

A Comunidade, que se denomina Chico Mendes, inicialmente era chamada de Arábia Saudita e posteriormente de Teerã. Com o advento da morte de Chico Mendes e sua repercussão em nível mundial, a Comissão de Moradores rebatizou-a em homenagem ao ambientalista que, segundo alguns entrevistados, consideram um grande “lutador, um homem que defendeu a natureza, uma pessoa que foi assassinada brutalmente, um grande ecologista e militante seringueiro do Amazonas” e também como forma de chamar atenção da sociedade.

Nossa área de estudo compreende as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e em especial, a Comunidade Chico Mendes (ZEIS Caçote) a qual, mesmo sendo uma comunidade com apenas dezessete anos de existência, tem uma forte história de lutas e conquistas pela inserção e inclusão na cidade do Recife.

A importância do saneamento é reconhecida vez que está diretamente vinculado à saúde humana e à qualidade de vida dos cidadãos e, de acordo com a FUNASA (2004), essa associação “remonta às mais antigas civilizações” e culturas, e o processo de desenvolvimento do saneamento aconteceu de “acordo com a evolução das diversas civilizações, ora retrocedendo com a queda das mesmas, ora renascendo com o aparecimento de outras”. Alguns autores, dentre eles, Rosen (1994), cita como exemplo “ruínas encontradas de uma civilização na Índia que se desenvolveu há cerca de 4.000 anos, onde foram encontrados banheiros e esgotos nas construções, e drenagens nas ruas”. Também Heller, (1997), afirma que “o reconhecimento da importância do saneamento e de sua associação com a saúde do homem remonta às mais antigas culturas”. (in SILVA FILHO,1998)

Historicamente o saneamento tem tido grande importância para muitos povos, como demonstra Rosen (in Heller, 1997), citado por Silva Filho (1998), quando se refere a constatações como “o escoamento da água no Egito, os grandes aquedutos e os cuidados com o destino dos dejetos na cultura creto-micênica e as noções de engenharia sanitária dos Quíchuas (povo indígena que habitava extensa região da América do Sul)”. A USEPA (1990), também faz referências quanto à recomendação de purificação da água na Índia por volta 2000 a C., por meio de “fervura sobre um fogo, pelo aquecimento no sol, mergulhando um ferro em brasa dentro dela ou pode ainda ser purificada por filtração em areia ou cascalho e então resfriada”. (in SILVA FILHO, 1998).

Nos textos de Silva (1998) e da FUNASA (2004), encontramos citações de KOTTEK (1995) de que a Bíblia nos traz testemunho quanto às questões de saneamento quando apresenta no Velho Testamento, recomendações para que “os poços fossem mantidos

tampados, limpos e distantes de possíveis fontes de poluição e de árvores”, e outras abordagens vinculadas às práticas sanitárias do povo judeu, como, por exemplo, sobre a importância do uso da água para limpeza: "as roupas sujas podem levar a doenças como a escabiose"; "sujeira pode levar à insanidade". Essa preocupação com as práticas sanitárias e higiênicas pode ser observada no desenvolvimento da civilização greco-romana com diversas referências de conhecimentos relativos aos cuidados para a manutenção da saúde e o controle das doenças.

Capra (1982) ressalta a importância, já a partir do século IV a.C, dos escritos hipocráticos com o livro *Ares, Águas e Lugares*, considerado por ele como sendo um tratado sobre ecologia humana e aponta como “primeiro esforço sistemático para apresentar as relações causais entre fatores do meio físico e doença” (ROSEN, 1994). Para Dubos (1968), citado por Capra (1982), a importância das forças ambientais para os problemas da biologia, da medicina e da sociologia humanas nunca foi formulada com maior amplitude ou com visão mais penetrante do que na aurora da história científica. (in SILVA FILHO, 1998)

Silva Filho (1998) também enfatiza que o “avanço das práticas sanitárias coletivas encontrou sua expressão mais marcante na Antigüidade nos aquedutos, banhos públicos, termas e esgotos romanos, tendo como símbolo histórico a conhecida Cloaca Máxima de Roma”. A captação da água, a fim de torná-la mais acessível, só foi iniciada séculos depois de ter sido considerada a sua potabilidade. Conta-se que quando César se apossou de Alexandria, em 47 a. C., encontrou na cidade aquedutos subterrâneos com a finalidade de trazer água do Nilo para as cisternas nas quais ela se clarificava por sedimentação. “À medida que a civilização avançou, a necessidade de água pura e as obras para conduzi-la aos centros urbanos se expandiram”. (MILLER, 1966, in SILVA FILHO, 1998)

O saneamento, considerado como um conjunto de medidas que visam modificar as condições do meio com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, é um item essencial para garantir a saúde pública, bem como para o bom desempenho em

todas as atividades básicas a ele associadas: abastecimento de água, destino das águas servidas e dos dejetos, destino do lixo, controle de vetores de doenças e higienização dos alimentos, habitação, local de trabalho, escolas, locais de banho, além de se considerar tais atividades e nas situações de emergência

O saneamento é, portanto, uma questão de políticas públicas que visa, segundo Silva Filho (1998), “preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir as doenças e promover a saúde”, para que possamos promover a elevação do padrão de qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania. Em outras palavras: o saneamento básico é compreendido como um serviço público, vinculado à produção de um direito social, à produção e promoção de atividades essenciais, e não como mera oferta de uma utilidade ou comodidade material (*utilities*). (PL nº. 5.296/05).

Organizamos este estudo em sete seções, iniciando com os objetivos, seguidos da revisão bibliográfica, metodologia, estudo da realidade da comunidade, resultados e discussões, considerações finais e, finalizando, as referências bibliográficas.

No capítulo I, *dos objetivos*, definimos os objetivos da pesquisa na Comunidade Chico Mendes. O capítulo II é dedicado à *revisão bibliográfica*, que focaliza as políticas de saneamento ambiental e inclusão social. No capítulo III, apresentamos a metodologia utilizada, desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa, com a metodologia interativa (OLIVEIRA, 2005). No capítulo IV, descrevemos a caracterização sociopolítica da comunidade, suas delimitações e incluímos uma síntese histórica a partir de sua implantação. No capítulo V, serão apresentados os resultados e discussões dos estudos realizados com base em pesquisa realizada com aplicação de questionários (09) e entrevistas (08) com representantes de diversos segmentos de moradores da comunidade, como: Associação de Moradores, lideranças Comunitárias, trabalhadores de saúde, trabalhadores de educação, trabalhadores de saúde ambiental, representantes de igrejas católica e evangélicas, dirigentes de creche, e Associação de Idosos. Do capítulo VI, constarão as considerações finais, e na última seção, as referências bibliográficas. Também integram esta pesquisa os apêndices contendo o

modelo de questionário aplicado, o roteiro de entrevistas e os quadros de sistematização dos questionários e das entrevistas.

A atual situação ambiental brasileira revela a premente necessidade de atendimento a demandas de diversos níveis, nacionais, regionais e locais, configurando uma grande diversidade que abrange desde a necessidade essencial de acesso à água potável até a solução de problemas de contaminação do solo, da água e do ar.

Estudar a temática social sob a ótica do saneamento ambiental é de fundamental importância para subsidiar a implantação e implementação de políticas públicas capazes de gerar benefícios sociais, econômicos e tecnológicos àqueles que, embora cidadãos por direito, encontram-se alijados do processo de desenvolvimento, em situação de pobreza, vulnerabilidade ou exclusão social, pois os prejuízos causados ao meio ambiente afrontam direta e perigosamente os direitos à cidadania. Tais prejuízos podem comprometer o direito inalienável de beber água de qualidade para alimentar a vida do planeta, bem como poluir grandes mananciais hídricos, o solo e a atmosfera.

Capítulo I – Objetivos

Objetivo Geral — Analisar os impactos das ações de saneamento ambiental da Prefeitura da Cidade do Recife – PCR, na Comunidade Chico Mendes.

Objetivos Específicos:

- Analisar os impactos das políticas públicas de saneamento ambiental e suas repercussões no processo de inclusão social;
- Analisar a experiência de inclusão social na comunidade Chico Mendes, Recife – PE, nos aspectos relativos a mudanças na qualidade de vida da população.

Capítulo II — Saneamento Ambiental e Inclusão Social

1. Concepções e aspectos legais

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saneamento como "o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem efeito deletério sobre seu bem-estar físico, mental ou social"¹ e, nesse sentido, Sahop (1978), é mais específico quando trata da correlação entre saneamento e saúde ao definir saneamento ambiental como o "conjunto de ações que tendem a conservar e melhorar as condições do meio ambiente em benefício da saúde"². Portanto, pode-se considerar que é de fundamental importância para a sociedade que sejam considerados como prioritários para a saúde pública as ações, serviços e obras, em especial, quando se trata de abastecimento

¹ (Organização Mundial da Saúde, apud ACIESP, 1980. in www.redeambiente.org.br)

² (www.redeambiente.org.br)

público de água, de coleta e do tratamento de esgotos. É nesse sentido que o Estado de São Paulo define, em sua Lei Nº. 7.750/82, que Saneamento pode ser compreendido como sendo:

um conjunto de ações, serviços e obras que têm por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados.

Para Terris (in Castellanos, 1987), saneamento é a “ciência que estuda e sintetiza conhecimentos das ciências biológicas, ciências do meio ambiente e das que se referem à sociedade humana” e Carvalho (1981) nos traz a compreensão de interdisciplinaridade das ciências quando afirma que saneamento “é a aplicação dos princípios da Engenharia, da Medicina, da Biologia e da Física no controle do ambiente, com aquelas modificações originárias da proteção e das medidas porventura desejáveis ou necessárias para instituir as condições ótimas de saúde e bem-estar”. No entanto, o mesmo autor mostra-se um tanto contraditório ao restringir o conceito de saneamento básico: “é a solução dos problemas relacionados estritamente com abastecimento de água e disposição dos esgotos de uma comunidade”; ele também discorda de “quem defende a inclusão do lixo e outros problemas” justificando que aqueles que têm essa visão ampliada do saneamento “terminarão por tornar sem sentido o vocábulo básico do título do verbete”. (in www.redeambiente.org.br)

Essa concepção defendida pelo autor entra em conflito com os modernos conceitos de saneamento básico adotados em alguns países como este conceito extraído dos estatutos da *Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico – APESB*, que critica o posicionamento do autor:

a noção que entende o saneamento básico somente como o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, conforme podemos observar em Carvalho (1981) é equivocado do ponto de vista científico, porque contraria o entendimento comum de que saneamento básico é, pelo menos, “abastecimento de água, a drenagem, o tratamento e a disposição final de águas residuais, e a recolha, tratamento e a disposição final de resíduos sólidos”. (www.redeambiente.org.br)

Essa compreensão ampliada reforça o pensamento daqueles cujas preocupações objetivam evitar ou minimizar a transmissão de doenças pelo uso de água ou alimentos contaminados e pelo contato com águas estagnadas. Em vista disso, é resgatada a noção clássica de saneamento básico, em detrimento da noção mais limitada.

O saneamento básico adquire, assim, o significado de serviço público, de atividade de responsabilidade do Estado, no sentido de garantir que todos efetivamente tenham assegurado o seu direito social à salubridade ambiental. (Lei 11.445/2007). Compreende-se que não haverá saneamento básico se não for garantida a salubridade ambiental; se houver serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mas a população continuar vivendo à mercê de doenças como diarreias, cólera, dengue, febre amarela, tracoma, hepatite, conjuntivite, poliomielite, escabiose, leptospirose, febre tifóide, esquistossomose e malária (Funasa, 2004), causadas por enchentes ou falta de drenagem nas comunidades.

A Constituição Brasileira de 1988 menciona em seu texto a expressão "saneamento básico" por duas vezes: a primeira é no tratamento das competências da União, quando, no Inciso XX, do artigo 21, determina: que é da União a competência para "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, *saneamento básico* e transportes urbanos".

Na segunda menção, a expressão está inserida na seção sobre a saúde, no artigo 200, que, ao determinar as competências do SUS, no seu inciso IV, destaca: "participar da *formulação da política e da execução das ações de saneamento básico*" e no inciso VIII: "*colaborar na proteção do meio ambiente*, nele compreendido o do trabalho".

Assim, o constituinte considerou o saneamento básico como política pública que deve articular-se com o setor de saúde, de forma complementar, devendo ainda, segundo Nery (2004), colaborar na proteção do *meio ambiente*. "Ratifica-se, assim, o reconhecimento da relação saúde e ambiente e da importância da atuação de

prevenção primária à saúde com políticas e ações sobre esse meio, especialmente sobre o saneamento básico”. (NERY, 2004)

A legislação brasileira que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico entende o saneamento básico como um direito à salubridade ambiental e um direito social, vinculado ao direito à saúde e a uma vida digna. A salubridade ambiental é, assim, entendida como um patrimônio coletivo, que todos devem promover e proteger, inclusive os estratos da população que vivem à margem do mercado.

Após dezenove anos da promulgação da Constituição Brasileira, o tema foi regulamentado pela Lei Nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, conhecida como *lei do saneamento* que, em seu artigo 3º, inciso I, define saneamento básico como um conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

As diretrizes da política federal de saneamento básico são definidas no artigo 48 da mesma Lei e estabelece correlações entre saneamento básico e desenvolvimento social, quando estabelece:

Prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico; a utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico; e que o saneamento básico deve estar a serviço

da melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública.

No mesmo artigo, em seu parágrafo único, a Lei associa a promoção da saúde e melhoria de qualidade de vida ao financiamento das ações de saneamento básico, como podemos observar a seguir:

As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, *de combate e erradicação da pobreza*, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento, com o saneamento básico. (grifo nosso)

Posteriormente, no Artigo 49, são explicitados os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, dos quais destacamos aqueles cujos propósitos estão diretamente relacionados às questões de cunho social:

- I - contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;
- II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;
- (...)
- V - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

2. Aspectos históricos do sanitarismo no Brasil

No Brasil alguns sanitaristas têm merecido destaque pelos seus trabalhos pioneiros em obras e serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários por todo o território nacional. Dentre eles, ressaltamos Saturnino de Brito, Emílio Ribas e Oswaldo Cruz.

Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864/1929) foi o engenheiro sanitário que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em

várias cidades do país, sendo considerado o "pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil". Seu invento mais conhecido foi o tanque fluxível, utilizado no Brasil e em toda a Europa no século XX, que foi batizado, após a sua morte, de tanque fluxível tipo Saturnino de Brito, só abandonado depois da década de 1970 após a adoção da tensão trativa para o cálculo das redes de esgotos sanitários. Foi eleito pelo congresso da "Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental", por unanimidade, como Patrono da Engenharia Sanitária Brasileira. (pt.wikipedia.org, 2007)

Emílio Ribas, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1887), é considerado um dos bravos e incompreendidos sanitaristas brasileiros do fim do século XIX e início do século XX que, juntamente com Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz, Vital Brasil e Carlos Chagas, lutaram para livrar a cidade e os campos das epidemias e endemias que assolavam o país. Combateu a febre amarela, exterminando com êxito o mosquito transmissor da doença (hoje conhecido por *Aedes aegyptii*) nas cidades paulistas o que lhe valeu a nomeação, em 1898, para diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Sofreu forte oposição dos que acreditavam que a doença era transmitida por contágio entre pessoas e para provar que esta tese estava errada, deixou-se picar pelo inseto contaminado, junto com os colegas Adolfo Lutz e Oscar Moreira. Foi a partir da contaminação de Ribas que Oswaldo Cruz empreendeu a eliminação dos focos de mosquito no Rio de Janeiro. (pt.wikipedia.org, 2007)

Oswaldo Cruz, paulista formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, estagiou no Instituto Pasteur, em Paris, onde foi discípulo de Émile Roux, seu diretor à época. Voltou ao Brasil em 1899 e organizou o combate ao surto de peste bubônica registrado em Santos (SP) e em outras cidades portuárias brasileiras. Demonstrou que a epidemia era incontrolável sem o emprego do soro adequado. Como a importação era demorada à época, propôs ao governo a instalação de um instituto para fabricá-lo.

Foi então criado o *Instituto Soroterápico Nacional* (1900), cuja direção assumiu em 1902. Diretor-geral da Saúde Pública (1903), coordenou as campanhas de erradicação

da febre amarela e da varíola, no Rio de Janeiro. Organizou os batalhões de “mata-mosquitos”, encarregados de eliminar os focos dos insetos transmissores. Convenceu o presidente Rodrigues Alves a decretar a vacinação obrigatória, o que provocou a rebelião de populares e da Escola Militar (1904) contra o que consideravam uma invasão de suas casas e uma vacinação forçada, o que ficou conhecido como Revolta da Vacina. (pt.wikipedia.org, 2007)

O rápido processo de urbanização do país nas últimas décadas e a falta de planejamento da ocupação dos espaços urbanos faz que as cidades brasileiras apresentem os problemas típicos dos núcleos urbanos dos países menos desenvolvidos: instalações precárias, deficiência ou inexistência de sistemas de fornecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgotos, moradias inadequadas, assentamentos clandestinos e predatórios do ambiente, contaminação de mananciais e toda a sorte de carências que afetam a qualidade de vida (PNUD – 1996). A maioria desses problemas, embora atingindo a população como um todo, afeta mais drasticamente os segmentos mais pobres, que freqüentemente não têm outras alternativas senão morar e trabalhar em lugares insalubres, respirando ar contaminado e utilizando água poluída.

Na obra *Águas do Prata*, de autoria de José Luiz M.Menezes et al., como pode-se observar nessa transcrição da *home page* da COMPESA, encontra-se a base da história do saneamento básico em Pernambuco e na cidade do Recife, inclusive a legislação que antecede a criação do órgão, conforme os atos legislativos que antecederam a constituição da COMPESA, citados a seguir:

- Departamento de Saneamento do Estado (DSE) Decreto-Lei 1.413, de 16.07.46;
- Saneamento do Recife (SANER), Saneamento do Interior de Pernambuco (SANEPE) e Fundo de Saneamento de Pernambuco (FUNDESPE) Lei 6.117, de 21.06.68;
- Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) Lei 6.307, de 29.07.71.

3. Evolução histórica do saneamento em Pernambuco

As obras para um abastecimento elementar foram executadas de 1842 a 1848, de acordo com o projeto dos engenheiros brasileiros Jacob de Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegarde. O projeto se limitava à formação do açude do Prata, adução das águas por uma canalização de 300mm e distribuição por meio de oito chafarizes; a água chegava à cidade no nível do terreno, sem pressão. Em 1881, foi renovado o contrato com a Companhia do Beberibe, elevando o prazo de privilégio a 67 anos, obrigando-se a Companhia a executar novas obras destinadas a atender à demanda existente.

Em 1909, no governo de Herculano Bandeira, foi criada a Comissão de Saneamento, dirigida pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, tendo por objetivo construir o sistema de esgotos sanitários e obras de abastecimento de água da cidade do Recife, capazes de atender ao crescente desenvolvimento da cidade.

Em dezembro de 1915, estava pronta e funcionando a rede de esgotos sanitários, com uma extensão de 113 Km e uma área total esgotada de 1.182 hectares. Os serviços de abastecimento de água só não ficaram totalmente concluídos devido às injunções econômico-financeiras geradas pela I Guerra Mundial.

No período de 1910 a 1918, foi solucionado o problema do manancial através da Barragem de Gurjaú, construída uma linha adutora de 37, 2 Km, em tubos de 750 mm de diâmetro; a rede de distribuição foi assentada com 26,4 Km em diversos diâmetros e, no final desse período, o reservatório de Prazeres estava em fase de construção bastante adiantada. Verifica-se que a segunda década deste século assinala uma fase de grande desenvolvimento das obras de saneamento do Recife.

A entidade responsável pelo saneamento atravessou sucessivas modificações de ordem estrutural e jurídica, sendo a Comissão transformada em Repartição de Saneamento (1915), Diretoria de Saneamento do Estado (1937) e Departamento de Saneamento do Estado (1946), este com atuação preponderante na capital e, descortinando o panorama do interior, executou obras de implantação em alguns municípios.

Em agosto de 1965, foi criada a Comissão de Obras Sanitárias da Capital, com a finalidade de executar obras de ampliação dos sistemas existentes, decorrentes de um contrato de financiamento celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 4,784.251,90, competindo ao Governo Estadual contribuir com uma contrapartida de igual valor.

A referida Comissão executou serviços de grande envergadura, entre os quais destacam-se cerca de 200 Km de rede de distribuição, aquisição de 60.000 hidrômetros, material para 8.000 ligações domiciliares, implantação do Distrito Sanitário dos Peixinhos, consistindo de coletores-troncos e emissários, estações elevatórias e estação depuradora de esgotos, rede coletora de esgotos do bairro de Casa Forte e reformas que permitiram a duplicação da capacidade da Estação Depuradora da Cabanga, para atender o crescimento vertical da zona central da cidade. O antigo Departamento de Saneamento do Estado (DSE) foi extinto em 1970.

Com a criação da COMPESA, em julho de 1971, extinguiu-se o FUNDESPE – Fundo de Saneamento de Pernambuco, passando as empresas Saneamento do Recife S/A (SANER) e Saneamento do Interior Pernambucano S/A (SANEPE) a funcionarem como subsidiárias da nova empresa holding.

Em julho de 1974, foi dado o último passo para unificar organizacionalmente o sistema de saneamento no Estado de Pernambuco, extinguiu-se o SANER e o SANEPE e a COMPESA foi transformada em uma empresa única, situação que perdura até os dias atuais.

Na cidade do Recife, a gestão do saneamento está sob a responsabilidade da Autarquia de Saneamento Recife (SANEAR), criada pela Lei Municipal Nº. 17.104/2005 e cuja missão é “Assegurar à população do Recife os benefícios da salubridade ambiental e da saúde pública, mediante a qualidade e universalização dos serviços de saneamento integrado/básico, privilegiando o controle social, a educação sanitária e ambiental e, *principalmente, a construção de uma cidade saudável com base na cidadania*” (grifos nossos). A Carta do Saneamento do Recife, promulgada por ocasião da 1ª Conferência Municipal de Saneamento da Cidade do Recife em 21 de abril de 2002, constitui o parâmetro de desenvolvimento das ações da SANEAR.

Segundo a PCR, a 1ª Conferência Municipal de Saneamento da Cidade do Recife reuniu, nos dias 19, 20 e 21 de abril de 2002, Delegados e Delegadas, além dos diversos observadores e observadoras, representando diferentes segmentos da sociedade, entre movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs), centros acadêmicos, trabalhadores, sindicatos, setor privado e o poder público municipal, estadual e federal. Nesse contexto, admitiu-se que a política de saneamento praticada até então tinha como resultado a reprodução do grave quadro de desigualdades sociais que marca a sociedade brasileira e foi ressaltado que o Brasil ainda apresenta dados alarmantes de déficit no acesso aos serviços fundamentais de saneamento, com graves conseqüências sobre a mortalidade infantil, doenças infecto-contagiosas e a qualidade de vida de nossas cidades, sendo as populações pobres e marginalizadas, do campo e da cidade, as que mais sofrem os efeitos nocivos dessa realidade.

Desse modo, a Carta do Saneamento do Recife ratifica uma concepção de Saneamento Ambiental como conjunto integrado de ações que envolvem o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, a drenagem urbana e o controle de vetores, destacando que a política municipal de saneamento deve ser regida pelos princípios de universalidade (acesso para todos), integralidade (contemplando todas as ações de saneamento necessárias), equidade e qualidade, com participação e controle social. Essa visão ampliada do saneamento é uma

tendência que se coaduna com um novo tempo, o tempo de consciência social e ambiental.

4. Saúde pública

Alguns autores afirmam que a saúde pública iniciou quando o homem se apercebeu que da vida em comunidade resultavam perigos especiais para a saúde dos indivíduos e foi descobrindo, consciente e inconscientemente, meios de reduzir e evitar esses perigos. Assim, a experiência prática evoluiu para medidas e hábitos; estes para regras e leis e, finalmente, para a construção de um esboço, mesmo incipiente, de uma atuação coletiva, constituindo a saúde pública (FERREIRA, 1982, in SILVA FILHO,1998)

Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde (OMS) utiliza como conceito de Promoção de Saúde aquele proposto na Conferência de Ottawa, em 1986, que é utilizado como princípio orientador das ações de saúde em todo o mundo, ou seja, “parte-se do pressuposto de que um dos mais importantes fatores determinantes da saúde são as condições ambientais”. (Funasa - Manual de Saneamento. 3. ed. rev. 2004 - p. 07)

Assim, como destaca Nery (2004), as ações de saneamento ambiental são fundamentais na atuação em Saúde Pública e têm como desafio promover a inclusão social, inclusive nas comunidades quilombolas, respeitando as peculiaridades e buscando sempre promoção de saúde-cidadania.

A intrínseca relação entre saúde e saneamento vincula a discussão sobre a qualidade de vida das pessoas no que se refere à saúde, ao meio ambiente e aos serviços de

saneamento que apresentam, portanto, grande impacto positivo na qualidade da saúde, em especial a infantil, pois, segundo Souza (2004), “as crianças estão mais expostas às graves conseqüências de um ambiente não saneado, razão pela qual água tratada e saneamento básico constituem um canal para a resolução de sérios problemas ambientais, principalmente nas áreas urbanas de países mais pobres”.

No Brasil gasta-se milhões de Reais na assistência médica à saúde curativa que, segundo Odir Roque (1999), “poderiam ser reduzidos à metade se tivéssemos uma infra-estrutura de saneamento atuando como prevenção”. A relação entre saúde e saneamento, exaustivamente tratada no 19º Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes), demonstrou que:

investimentos da ordem de 1% dos recursos destinados à saúde, na cobertura sanitária da população de 01 a 05 salários mínimos, reduziria em 6,1% as mortes na infância. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), quase 25% de todos os leitos hospitalares do mundo estão ocupados por enfermos portadores de doenças veiculadas pela água, facilmente controladas por ações de saneamento. No Brasil, este percentual pode chegar a 65%. (ROQUE, 1999)

Isso nos faz ver que os investimentos em saneamento constituem uma das maiores contribuições para a prevenção das enfermidades. Portanto, a saúde pública, de acordo com a Aciesp (1980), deve ter como objetivos e metas:

prevenir as doenças, prolongar a vida e promover a saúde e a eficiência física e mental, visando ao saneamento do meio, ao controle das infecções na comunidade, a educação dos indivíduos nos princípios da higiene pessoal, a organização de serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo das doenças, e ao desenvolvimento da máquina social que garantirá, para cada indivíduo da comunidade, um padrão de vida adequado à manutenção da saúde". (in www.redeambiente.org.br)

Na antiguidade, por volta de 300 a. C., Hipócrates defendia a fervura da água como medida para melhorar sua qualidade. Na trajetória mais recente da saúde pública, Heller (1990) cita John Snow em sua histórica pesquisa concluída em 1854, que já comprovava cientificamente a associação entre a fonte de água consumida pela população de Londres e a incidência de cólera. Através de investigações epidemiológicas cuidadosas sobre a epidemia de cólera que atingiu um bairro de

Londres em 1849, Snow conseguiu provas de que a água contaminada representou papel importante na sua disseminação. (in SILVA, 1999. p. 88) Ainda no século XIX, Louis Pasteur (1863), faz a descoberta da existência de microrganismos e Robert Cock (1883), conseguiu o isolamento de *Vibrio cholerae*. (VIEIRA, 2005)

A utilização do saneamento como instrumento de promoção da saúde pressupõe a superação de entraves tecnológicos, políticos e gerenciais que têm dificultado a extensão dos benefícios em áreas rurais, municípios e localidades de pequeno porte (Funasa - Manual de Saneamento. 3. ed. rev. 2004 – p. 408. 2004) e, aumentando o espectro dos não beneficiados, pode-se acrescentar as comunidades pobres, de baixo poder aquisitivo, localizadas nas grandes cidades, em especial, em suas periferias.

As condições de saúde de uma população estão relacionadas à qualidade da água e ao saneamento básico. Dados da Organização Mundial de Saúde — OMS, indicam que 80% das doenças da infância são provocadas por água de má qualidade. Atualmente, cerca de 90% da população brasileira é atendida com água potável e 60% com redes de esgotos. (FUNASA em revista-janeiro de 2004, n° 1; p. 17)

Segundo a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Nordeste com 45% das internações, o Sudeste, com 20%, e o Norte (15%) são as regiões que acumulam o maior índice de problemas de saúde relacionados à falta de saneamento. São também o Norte e o Nordeste que apresentam o pior quadro de atendimento no que diz respeito à cobertura com rede de distribuição de água. Nessas áreas o serviço atende a 48% e 66,4% dos domicílios, respectivamente. São cerca de 25 milhões de pessoas que se utilizam de poços ou nascentes na propriedade e outras formas de abastecimento precárias para o suprimento de água para consumo humano; enquanto no Sudeste, o grande número de pessoas com problemas de saúde relacionados à falta de serviços de saneamento se deve ao fato de a região ser a de maior densidade populacional. (FUNASA, 2004, p. 17)

De acordo com dados do IBGE, no Censo 2000, somente 47,2% dos domicílios brasileiros são atendidos com rede coletora de esgoto. Outros 15% dispõem de fossa

séptica e 37,8% não contam com qualquer solução adequada para o destino de dejetos, lançando esgoto e água servida no solo, vias públicas, cursos d'água e outros escoadouros. (FUNASA, 2004, p. 17).

Por outro lado, a regularidade da coleta, acondicionamento e destino final bem equacionado do lixo diminuem a incidência de vetores que promovem casos de peste, febre amarela, dengue, toxoplasmose, leishmaniose, cisticercose, salmonelose, teníase, leptospirose, cólera e febre tifóide.

Considerando o objetivo de analisar os impactos das ações de saneamento ambiental da Prefeitura da Cidade do Recife – PCR, na Comunidade Chico Mendes, Recife – PE, a partir das políticas públicas de saneamento ambiental da PCR, e tendo como parâmetro a oferta e a qualidade dos serviços prestados e também as análises das condições ambientais e suas implicações diretas com a saúde e a qualidade de vida da população, adotamos como conceito de saneamento ambiental aquele declarado na *Carta do Saneamento do Recife*, promulgada em 2002, ou seja, “*um conjunto integrado de ações que envolvem o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, a drenagem urbana e o controle de vetores*”. (Carta do Saneamento do Recife, 2002).

Assim, destacamos os conceitos considerados no desenvolvimento deste trabalho:

- abastecimento de água – o abastecimento através de rede geral ou outra forma (água proveniente de chafariz, bica ou mina, poço particular, caminhão-pipa, cursos d'água etc.);
- esgotamento sanitário – o conjunto de obras e instalações destinadas à coleta, transporte, afastamento, tratamento e disposição final das águas residuárias da comunidade, de uma forma adequada do ponto de vista sanitário;
- coleta de lixo – a coleta de resíduos sólidos descartados pela população, podendo contemplar a limpeza urbana, ou seja, a limpeza de vias e logradouros

públicos pavimentados e não pavimentados além da remoção de entulhos, ou outros resíduos que possam causar degradação e assoreamento de corpos d'água;

- drenagem urbana ou pluvial – o controle do escoamento das águas das chuvas para evitar que seus efeitos adversos - empoçamentos, inundações, erosões e assoreamentos - causem prejuízos à saúde, segurança e bem-estar da sociedade;
- controle de vetores – monitoramento dos elementos causadores ou transmissores de doenças ou agravadores nas situações de endemias.

5. Meio ambiente e sociedade

Segundo Buarque de Holanda, *meio e ambiente* são expressões equivalentes. O termo meio ambiente, portanto, é redundante e essas palavras podem ser empregadas isoladamente. No entanto, aqui trataremos da questão ambiental por meio da consagrada expressão meio ambiente, utilizada inclusive pela legislação brasileira vigente.

O autor também afirma, conforme pode-se observar na *home page* redeambiente.org.br:

muitas abordagens atuais sobre ambiente consideram, em sua definição, além dos aspectos físicos, químicos e biológicos, os aspectos psicológicos, econômicos e sociais na formação do ambiente, na influência e interações sobre o ser humano, que pela complexidade não estão sendo considerados nessa abordagem.

Destaca-se, conforme a *home page da redeambiente* (2007), que a “diferença essencial entre natureza e ambiente é que ambiente tem um sentido mais amplo, abrangendo ambientes naturais e ambientes construídos”.

Algumas definições acadêmicas e legais são dadas para meio ambiente, entretanto são limitadas, abrangendo apenas os componentes naturais. Outras refletem a concepção mais recente, que considera o meio ambiente um sistema no qual interagem fatores de ordem física, biológica e socioeconômica. Documentos oficiais diversos, convenções e protocolos internacionais mesmo utilizando nas suas definições a expressão *meio ambiente* ou *ambiente*, empregam-na com o mesmo significado. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, dispõe: artigo 228: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e à coletividade o de preservá-lo para as presentes e as futuras gerações”.

A legislação brasileira considera degradação da qualidade ambiental a alteração adversa das características do meio ambiente (Lei Federal nº. 6.938/81). e, segundo Oliveira (1997), o termo degradação é “usado para qualificar os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais”, enquanto dano ambiental é considerada “qualquer lesão ao meio ambiente causado por ação de pessoa, seja ela física ou jurídica, de direito público ou privado”. O autor acrescenta que o “dano pode resultar na degradação da qualidade ambiental pela alteração adversa das características do meio ambiente, como na poluição, que a Lei define como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividade humana” (Oliveira, 1997).

Ainda, do ponto de vista legal, as questões do saneamento básico no Brasil, são tratadas a partir do PL nº. 5.296/05 que resultou na Lei Nº. 11.445/07, a qual estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, entendendo este como um direito à salubridade ambiental e um direito social, vinculado ao direito à saúde e a uma vida

digna. A salubridade ambiental é, assim, entendida como um patrimônio coletivo que todos devem promover e proteger. Essa concepção resgata o sentido social da salubridade ambiental, contrariando aqueles que a entendem como uma mercadoria ou bem econômico que possa ser privatizado e regulado pelas normas do mercado. Ao contrário disso, o PL nº. 5.296/05 por entender a salubridade ambiental como um direito de todos, abrange inclusive os estratos da população que vivem à margem do mercado.

6. Desenvolvimento e inclusão social

No *Diccionario de la Naturaleza*, (1987), desenvolvimento está conceituado como “processo que se traduz pelo incremento da produção de bens por uma economia, acompanhado de transformações estruturais, inovações tecnológicas e empresariais, e da modernização em geral da mesma economia”.

Wilhein (1990), amplia esse conceito quando introduz o foco ambiental:

O desenvolvimento só pode existir quando são levadas em conta três variáveis: a) o crescimento da economia, a fim de gerar riquezas e oportunidades; b) a melhoria na distribuição da renda, diminuindo a atual iniquidade; c) a melhoria da qualidade de vida, representada, entre outros fatores, por um melhor ambiente (preservado, conservado, recuperado e melhorado) (in Comune, 1992).

O Ministério das Relações Exteriores – MRE – incorporando ao termo *desenvolvimento* a qualificação de *sustentável* corrobora a perspectiva ambiental ao afirmar que

“o desenvolvimento sustentável estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário”

Note-se, ainda, a relevante incorporação da idéia de *tempo* nas citações abaixo:

“Desenvolvimento que atende às necessidades do *presente*, sem comprometer a capacidade de as *futuras* gerações atenderem às suas próprias necessidades” (Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento apud IUCN/PNUMA, 1991). (grifos nosso)

“A idéia de desenvolvimento sustentado também está relacionada à de riqueza *constante*, no sentido de que cada geração deve deixar para a próxima pelo menos o mesmo nível de riqueza, considerada como a disponibilidade de recursos naturais, de meio ambiente e de ativos produtivos. Desse modo, toda vez que o desenvolvimento estiver baseado na utilização de um recurso natural ou na degradação do meio ambiente, a sociedade deverá utilizar parte do resultado dessa operação na reconstrução do ambiente e na formação de estoques de ativos produtivos” (Comune, 1992).

Na contemporaneidade, as questões socioambientais são marcadas por contradições de ordem tecnológicas, políticas, econômicas e sociais e, nesse contexto, segundo Silva e Pompeo (1987), “define-se a questão socioambiental em termos das contradições existentes entre os modelos de ocupação da Terra e a sustentação dos mesmos pela Natureza”.

Para Franco (2001), o desenvolvimento para ser sustentável necessita ter como proposta melhorar a vida das pessoas — desenvolvimento humano, de todas as pessoas — desenvolvimento social, das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã — desenvolvimento sustentável. (In DOLABELA, 2003).

Ignacy Sachs contribui com o chamado *tripé mágico: prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social*. A *prudência ecológica* levará à parcimônia no uso dos recursos naturais, garantindo a permanência das atividades econômicas e da qualidade de vida. *Eficiência econômica* significa criar as condições para que os níveis de quantidade e qualidade da produção se elevem para os mesmos níveis de utilização

dos recursos. *Justiça social* representa a igualdade de oportunidades para todos os contemporâneos. (Agenda 21 PE).

A Agenda 21 de Pernambuco, numa visão sistêmica, propõe a integração entre meio ambiente, sociedade e desenvolvimento, reconhecendo o combate à pobreza como condição primordial para garantir a sustentabilidade, no entanto adverte que esses compromissos podem “facilmente, redundar na retórica da sustentabilidade” (Agenda 21 PE).

O programa da agenda 21 de Pernambuco está estruturado com base em seis eixos temáticos, quais sejam, *idades sustentáveis*, *redução das desigualdades sociais*, *economia sustentável*, infra-estrutura, gestão dos recursos naturais, e combate à desertificação e convivência com a seca. No entanto o desenvolvimento do nosso estudo estará especialmente focado nos três primeiros eixos.

O eixo *Cidades Sustentáveis* aborda as questões de “uso e a ocupação do solo; planejamento e gestão urbana; habitação e melhoria das condições ambientais; garantia de direito de acesso às cidades; padrões de consumo; reciclagem e coleta seletiva de lixo; prevenção, controle e diminuição dos impactos ambientais em áreas urbanas; conservação do patrimônio histórico; rede urbana e desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos; transporte urbano; abastecimento de água e serviços de esgoto sanitário”.

A cidade sustentável é um fenômeno em construção, que pressupõe um conjunto de mudanças e “depende da capacidade de reorganizar os espaços, gerir novas economias externas, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações e superar as desigualdades socioeconômicas como condição para o crescimento econômico e não como sua conseqüência”. (ALVA, 1997).

O segundo eixo focado em nossos estudos contempla as questões da *Redução das Desigualdades Sociais* e, nesse sentido serão tratados itens como “pobreza; sistema

educacional; qualificação e emprego; distribuição de renda; saúde; dinâmica demográfica e os impactos sobre o desenvolvimento; acesso de oportunidades aos grupos considerados vulneráveis, como mulheres, crianças, adolescentes, índios, afrodescendentes etc.”.

A busca por uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente saudável conduz ao esforço de compreensão das novas dinâmicas que regem o espaço urbano que possibilitem a construção de políticas articuladas cujo objetivo seja a qualidade de vida, a produtividade, a preservação e a inclusão social.

É nesse sentido que um dos principais temas abordados na Agenda 21 é a necessidade de erradicar a pobreza, dando aos pobres acesso aos recursos de que necessitam para viver de forma humanamente digna e sustentável. “A saúde, a educação, o meio ambiente, a redução das desigualdades sociais firmaram-se como temas relevantes para o desenvolvimento sustentável” (Agenda 21 PE, 2002, p. 1). O investimento em educação e saúde, habitação e alimentação, em transporte, energia, telecomunicações entre demais serviços de infra-estrutura, significa, segundo Singer (2000), “investir em políticas social e econômica”.

A esse respeito, Singer (2000) acrescenta:

O regime solidário de desenvolvimento é um projeto que vai sendo formulado a partir de novas práticas sociais. As grandes experiências históricas de economia solidária sempre foram criadas como respostas a grandes desafios. No Brasil, não há de ser diferente. As novas práticas solidárias ainda estão dispersas e não são completamente conhecidas. Só agora começam a ser pesquisadas e sistematizadas, o que implica confessar que o projeto ainda não está maduro. Mas, face à imensidade da crise social, é provável que ele esteja *pronto* quando as condições políticas o tornarem o fulcro da esperança geral.

O autor deixa claro que é necessária a consolidação “de uma economia de mercado regida não pela busca do lucro, mas pela geração de trabalho e renda, organizada solidariamente em mercados locais e regionais”. Para esse pesquisador,

desenvolvimento solidário é um "processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma". (PAUL SINGER, 2000)

Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão (SINGER, 2004).

Um aspecto relevante a ser considerado em todo o contexto da Agenda 21 de Pernambuco, é seu caráter democrático e igualitário com o reconhecimento da importância dos direitos e das contribuições "potenciais dos pobres, indígenas, idosos e jovens, mulheres, camponeses, deficientes e outros grupos minoritários" — cidadãos detentores dos mesmos direitos à educação, saúde, alimento, moradia, ambiente sadio, etc. "Os processos sociais são tão relevantes quanto a formulação de políticas" (Agenda 21 PE, 2002).

Assim, o reconhecimento do "direito à voz nas decisões sobre o caminho que o desenvolvimento deve tomar" indica como de fundamental importância, a educação, "no seu sentido mais amplo", como um dos meios de implementação. Em toda Agenda 21 de Pernambuco, há uma ênfase no desenvolvimento de recursos humanos para ajudar no empoderamento das mulheres, jovens, indígenas e outros grupos potencialmente em desvantagem ou marginalizados.

Vale observar que a sociedade, muitas vezes privada de seus mais elementares direitos como saúde, educação, moradia, trabalho etc., pouca consciência tem de seus direitos a um ambiente sadio e que a desenfreada ganância lucrativa com a destruição dos recursos naturais e a falta de articulação com vários elementos na busca de novos conhecimentos e novas realidades pouco permitem a sua renovação e recuperação em

tempo hábil. É nesse sentido que Sachs, (1986), ressalta que o “ecodesenvolvimento deve ser abordado dentro do enfoque sistêmico”. (in VIEIRA, 2005)

Nesse sentido, compreende-se que o consenso, a participação, a parceria e a transparência devem estar na base de políticas formuladas e propostas que tenham um caráter sustentável. Jesus e Mance, em seu artigo *sobre desenvolvimento local e sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa* (2003) traz a compreensão de que

“Desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local”.

Assim, faz-se necessário um esforço localizado e concentrado de articulação entre as “lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar” na busca de mudanças dos meios de produção local, objetivando iniciativas que resultem em melhores condições de vida da população, a partir da valorização do capital natural, humano — individual e social — e cultural locais.

O Desenvolvimento Local pode ser entendido, pois, “como um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar – de maneira sustentável – as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes” (COELHO, 1996:11. In JESUS, 2003).

O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados”. (SINGER, 2004).

Ressalta-se, ainda, que o “desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas

e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade”. (SINGER, 2004).

Essa prática não constitui novidade, na verdade, a chamada *economia social* nunca desapareceu, sendo formada hoje por entidades cooperativas de compras e vendas, de produção, de crédito, de seguros (conhecidas como *mutuarias*), de habitação e que representa o resultado de mais de um século de desenvolvimento solidário. (SINGER, 2004).

Nesse contexto, Jesus e Mance (2003), afirmam:

“pode-se, pois, dizer que se está perante uma iniciativa ou um processo de desenvolvimento local quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e o meio ambiente do local”.

Nesse sentido, Paul Singer (2000), complementa quando afirma que

“vencer o atraso é um desafio colocado pela história, mas ele só adquire sentido concreto se servir para eliminar a pobreza do Brasil, o que exige políticas de geração de trabalho e renda que incorporem o quinto da força de trabalho que está involuntariamente ocioso e o rápido aumento da oferta de bens e serviços que os beneficiários da redistribuição da renda irão querer comprar”.

É, pois essa direção, que o presente estudo trilha, ao buscar compreender a Comunidade Chico Mendes, mediante a interface saneamento ambiental e inclusão social, na perspectiva de contribuir para o estabelecimento de uma relação homem/meio perenemente justa e equilibrada.

Capítulo III – Metodologia

A pesquisa desenvolvida nesse estudo constitui uma abordagem qualitativa, utilizando-se como parâmetro a metodologia interativa (OLIVEIRA, 2005), com base em entrevistas com os atores envolvidos, ou seja, lideranças da Comunidade Chico Mendes, mais aplicação de questionários com algumas famílias residentes nessa comunidade. Em síntese, o processo metodológico obedece às seguintes etapas:

- pesquisa bibliográfica com identificação e estudo das teorias que dão suporte para a problemática ambiental e as políticas públicas, na perspectiva da inclusão social, contemplando revisão de literatura para a identificação e construção da fundamentação teórica em livros, textos, documentos e internet;

- delimitação da situação-problema objeto do trabalho, seguida da diagnose (pesquisa) com levantamento de dados sociais e ambientais, identificados por realização de entrevistas e aplicação de questionários durante a pesquisa de campo realizada com lideranças da comunidade e com algumas famílias residentes na comunidade objeto da pesquisa;
- para a efetivação da pesquisa, foram construídos os instrumentos, isto é, questionário e roteiro de entrevista, seguidos de pré-teste e aplicação em campo; posteriormente, foi feita a transcrição das entrevistas gravadas, respeitando na íntegra a fala dos entrevistados, e em seguida a análise das informações com a identificação dos aspectos essenciais no discurso dos entrevistados;
- as informações foram, então, sintetizadas e sistematizadas em categorias (gerais ou teóricas, empíricas e unidades de análise), após o que se procedeu à categorização e análise dos dados coletados à luz do marco teórico, os quais constituíram a base do desenvolvimento da dissertação.

Considerando-se que as duas maiores categorias trabalhadas, *saneamento ambiental e políticas de inclusão social*, as quais fundamentam a base teórica desta dissertação, os instrumentais de pesquisa foram construídos com base nessas categorias. O questionário que constou de onze questões foi aplicado a nove pessoas que constituem lideranças comunitárias (Apêndice 1). Além disso, entre setembro e outubro de 2007, a partir de um roteiro estruturado em cinco itens (Apêndice 2) foram entrevistadas oito pessoas.

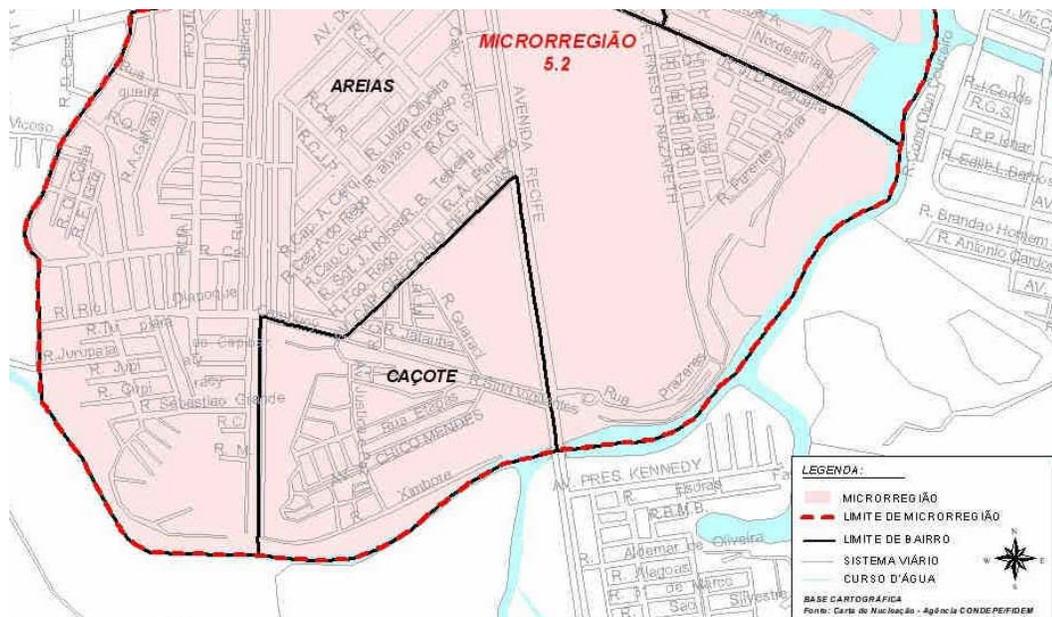
Utilizamos como critérios de escolha para o local de estudo, o fato de tratar-se de uma comunidade pobre, carente do ponto de vista econômico, social e de prestação de serviços públicos básicos de qualidade, como educação, saúde, equipamentos sociais e infra-estrutura urbana, mas que tem um bom nível de organização social e participação em fóruns de debate, boa articulação política e história de reivindicações para melhoria da qualidade de vida, nas definições das políticas públicas municipais.

Para determinar a amostra dessa pesquisa, foram previamente selecionadas dezessete pessoas entre os diversos segmentos de moradores da Comunidade Chico Mendes: Associação de Moradores, lideranças comunitárias, trabalhadores de saúde, trabalhadores de educação, trabalhadores de saúde ambiental, representantes de igrejas, dirigente de creche e Associação de Idosos.

A Metodologia Interativa, abordagem desenvolvida por Oliveira (2005 p.137), foi utilizada como embasamento teórico para a categorização e análise dos dados. A codificação dos dados mereceu especial atenção e uma rigorosa revisão quanto à classificação das categorias, porque são as *categorias teóricas* que facilitam a construção dos instrumentais de pesquisa; cada questão representa uma *categoria empírica* e nas entrevistas são os itens do roteiro de entrevistas que representam essas categorias empíricas.

Capítulo IV – Área de estudo – Comunidade Chico Mendes

A Comunidade Chico Mendes está localizada em uma das áreas mais pobres da cidade do Recife e tem um adensamento populacional crescente, conforme podemos observar nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife (2004).



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife — Atlas de Desenvolvimento Humano, 2004

No início de 1991, mais precisamente em janeiro daquele ano, surgiram no bairro de Areias duas ocupações, denominadas, respectivamente, de Iraque e Chico Mendes, cujo acesso se dava por um terreno baldio onde anteriormente funcionava um lixão da Prefeitura do Recife. Essa área se encontrava coberta de mato e lixo, abandonada. Chico Mendes, inicialmente chamada “Arábia Saudita”, posteriormente, passou a ser identificada como “Teerã” e, como já havia outra comunidade com esse mesmo nome, passou, então, a ser identificada por Chico Mendes, numa alusão ao seringueiro “lutador e defensor da natureza, uma pessoa que foi assassinada brutalmente”, segundo depoimento de um morador entrevistado durante a pesquisa.

Complementando a história do surgimento da Comunidade, Ferraz e Castilho, em *Um Estudo de caso no Lugar Chico Mendes*, acrescenta que o nome da Comunidade “supõe uma simbologia de luta e resistência da população do local, frente ao processo de ocupação da área, comparando a história de vida do seringueiro Chico Mendes; além do mais, porque essa expressão repercute bem perante a sociedade e chama atenção dos governantes”.

Analisando-se dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife (2002), conclui-se que os moradores da Comunidade Chico Mendes se encontram situados abaixo da linha de pobreza. É uma área cuja história foi sempre marcada pela luta em defesa de seus direitos e pela conquista da terra ocupada que permanece até hoje, como podemos observar na fala de um dos entrevistados:

porque foi muito resistente, aqui nós tivemos policial, tratores passano, era um dia tirando os casebres, choupanas que era feito, no outro dia se voltava de novo; foram feito aluguel de ônibus, foi feito passeata na cidade com os pessoais que ocuparo o terreno e através desse espírito voluntário do povo e participação, Chico Mendes foi ocupado e até hoje inxiste. Mas tem um pobrema, as terra de Chico Mendes permanecem em jurisdição (...) até hoje ainda rola na justiça.

A comunidade Chico Mendes faz parte da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Caçote³. As comunidades chamadas *ZEIS* estão localizadas em áreas carentes,

³ Dados do PROGRAMA INTEGRADO DE FINANCIAMENTO: Microcrédito Produtivo e Habitacional. Projeto Piloto na comunidade de Chico Mendes (Areias, Recife – PE). 2005. Projeto apresentado ao Citygroup Brasil. Realizado numa parceria do Habitat para a Humanidade Brasil, Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes, Comissão de Urbanização e Legalização (COMUL) – Populares (NUAMPO) – UNICAP.

declaradas pela lei municipal no 16.113/95, conhecida como Lei do PREZEIS, cujo objetivo é garantir o direito à moradia, legalização, urbanização e melhoria das condições de habitação.

A ZEIS Caçote é formada por uma população de 12.500 pessoas que ocupam uma área de 37,10 ha (Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005). O Decreto nº. 11.670 de 1980 estabelece a área de assentamento do caçote como Área Especial de Interesse Social. A partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 14.511 de 1983, os moradores de Linha Nova e Ximboré, passam a fazer parte dessa ZEIS, a qual, posteriormente, passa a integrar também a área constituída pela Comunidade Chico Mendes.

A comunidade constituiu-se, inicialmente, por um grupo de 10 a 15 pessoas que, em janeiro de 1991, invadiram e ocuparam o local, onde antes funcionava um depósito de lixo da Cidade do Recife. De acordo com o Programa Integrado de Financiamento, atualmente a Comunidade é formada por aproximadamente 1.600 famílias que totalizam 5.500 pessoas, distribuídas em 35 ruas e que, ao longo de sua existência, com muita organização e esforço junto ao poder público, na reivindicação de seus direitos, conseguiu alguns ganhos sociais e urbanos.

A comunidade Chico Mendes conquistou um grau de organização bastante avançado, pois todas as obras e serviços são realizados com aproveitamento da mão-de-obra local. As vitórias alcançadas ao longo da luta unificada das famílias que se agruparam em torno de várias organizações, dentre as quais podemos citar a Comissão de Moradores, a Associação de Moradores de Chico Mendes e o Grupo de Idosos.

Atualmente a Comunidade possui uma área de aproximadamente 21 ha — loteada e regularizada, e contabiliza, entre suas conquistas mais importantes, as instalações das redes de abastecimento de água e de energia elétrica, bem como o calçamento de das principais ruas.

No início não havia coleta de lixo e as famílias eram obrigadas a queimá-lo no local, contribuindo para o aumento da poluição e da degradação ambiental com os conseqüentes riscos para a saúde dos habitantes, mas atualmente esse problema foi solucionado através do serviço público municipal de coleta de lixo, além de campanhas educativas sobre higiene, saúde e preservação ambiental.

Podemos observar que ao longo desses anos, o assentamento ocupado pela comunidade Chico Mendes deixou para trás sua feição de invasão e a população da Comunidade, em sua maioria, reside em casas de alvenaria, existindo ainda algumas casas de taipa, madeira e de diversos outros materiais.

É notável como políticas públicas que envolvam estratégias de sustentabilidade como instrumento de valorização da cidadania, geração de renda e, principalmente, de inclusão social, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disso, ações voltadas para a elevação do padrão de qualidade de vida, por meio da inclusão socioproductiva levam ao desenvolvimento local integrado e sustentável, com repercussão nos agravos que atingem toda a população, em especial, a parcela que se encontra em situação de vulnerabilidade ou de exclusão social.

Capítulo V – Resultados e Discussões

Considerando as duas grandes categorias teóricas deste estudo, *saneamento ambiental* e *inclusão social*, foram construídos dois instrumentos com base nessas categorias: um questionário contendo onze perguntas que foi aplicado a nove pessoas das lideranças comunitárias e o roteiro das entrevistas as quais foram realizadas junto a outras oito pessoas e que foi estruturada em 5 itens, conforme apêndices 1 e 2, respectivamente.

Para determinar a amostra dessa pesquisa, foram selecionadas dezessete pessoas que representam os diversos segmentos de moradores da Comunidade Chico Mendes: Associação de Moradores, lideranças comunitárias, trabalhadores de saúde, trabalhadores de educação, trabalhadores de saúde ambiental, representantes de igrejas, dirigentes de creche, e Associação de Idosos.

É importante registrar que a categorização e análise dos dados têm como embasamento teórico a *Metodologia Interativa*. Segundo Oliveira (2005, p.137) – que desenvolveu essa metodologia – a categorização de dados exige o máximo de atenção na sua codificação e uma rigorosa revisão quanto à classificação das categorias. Isso porque são as *categorias teóricas* que devem construir os instrumentais de pesquisa; cada questão representa uma *categoria empírica* e nas entrevistas são os itens do roteiro de entrevistas que representam essas categorias. As respostas dadas pelos atores sociais nos questionários bem como as respostas espontâneas de cada item das entrevistas constituem *unidades de análise*, conforme a sistematização dos dados que são apresentados no apêndice 3 e 4. O quadro abaixo traz uma síntese das questões do questionário aplicado e do roteiro de entrevista em função das categorias teóricas e empíricas.

Quadro 1

		Categoria teórica 1: Saneamento ambiental	Categoria teórica 2: Inclusão social
Categoria empírica	Questionários	<ul style="list-style-type: none"> • A Prefeitura do Recife tem realizado ações de saneamento nesta Comunidade? • Essas ações melhoram as condições de vida das pessoas que moram nesta Comunidade? • Existe abastecimento de água na comunidade, qual é a frequência? • Existe esgoto na Comunidade? • Existe coleta de lixo na Comunidade? • As pessoas jogando lixo em locais não apropriados? • Sugestões para melhorar o saneamento da Comunidade e preservação do meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Comunidade dispõe de serviços de saúde? • A Comunidade dispõe de serviços de educação? • Existem outras instituições que prestam serviços à Comunidade além da Prefeitura? • O que o Senhor(a) entende por Desenvolvimento Local e Inclusão Social?
	Entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento básico na Comunidade Chico Mendes • Meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas Públicas • Desenvolvimento local • Inclusão social

Os quadros demonstrativos da pesquisa de campo são estruturados em duas colunas: na coluna da esquerda, estão as categorias empíricas, ou seja, as questões

formuladas; e na coluna da direita, as unidades de análise que resultaram da sistematização das respostas dadas pelos atores sociais, sujeitos da pesquisa de campo. A partir da matriz geral da categorização, passamos a analisar cada uma das questões formuladas.

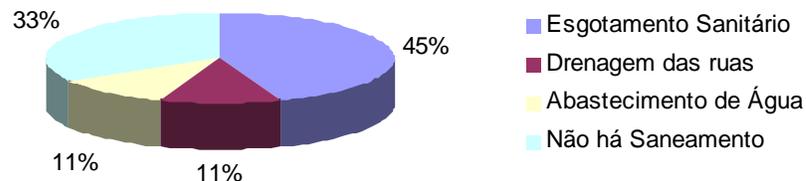
Quadro 2

Categoria teórica: Saneamento ambiental	
Categoria empírica	Unidades de análise
Ações de saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • drenagem, coleta de lixo e limpeza urbana • abastecimento com esgoto, fossa, canaleta • pavimentação e drenagem das ruas • abastecimento de água • saneamento básico.

Com relação à categoria saneamento ambiental, o primeiro questionamento foi direcionado às realizações da Prefeitura do Recife na Comunidade: *A Prefeitura do Recife tem realizado ações de saneamento nesta Comunidade?* Podemos observar que 04 dos moradores entrevistados (50%) têm clareza de que obras de esgotamento sanitário são ações de saneamento. De acordo com as informações coletadas durante a aplicação dos questionários, constatamos que apenas 06 ruas são pavimentadas o que representa 16,66% de um total de 36 ruas. A coleta regular de lixo, citada como a ação de saneamento mais eficiente na Comunidade, é considerada por 100% dos entrevistados como eficiente e, por alguns, como excelente. A pavimentação de ruas é considerada pela maioria como uma obra de saneamento que, segundo os entrevistados, melhora a acessibilidade, a circulação e a organização interna da Comunidade. Em segundo lugar, 03 dos entrevistados mencionaram a drenagem das ruas, com destaque para a construção de canaletas para escoamento das águas pluviais que, muitas vezes, por falta de orientação, são utilizadas para deposição de detritos. Todas as moradias (100%) têm acesso à água tratada, embora haja casos em que há a complementação do consumo por meio de outras fontes, como poço e cacimba. Também foram citadas as ações de controle de vetores realizadas pelos Agentes de Saúde Ambiental (ASAS) e Agentes de Operações Ambientais (AOA), bem como a existência de fossas nas casas das ruas que não dispõem de saneamento. Como a construção de fossas é uma iniciativa particular, o que gera custos diretos para

os moradores, então aqueles que não podem arcar com tais despesas, destinam as águas servidas e os detritos diretamente nas ruas, ficando a céu aberto. Observe o gráfico 1 como os entrevistados vêem as ações de saneamento na comunidade.

Gráfico 1 - Ações de Saneamento



Quadro 3

Categoria teórica: Saneamento ambiental	
Categoria empírica	Unidades de análise
Abastecimento de água na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> dias alternados (por um período de 24 horas). existem outras fontes: poço e cacimba

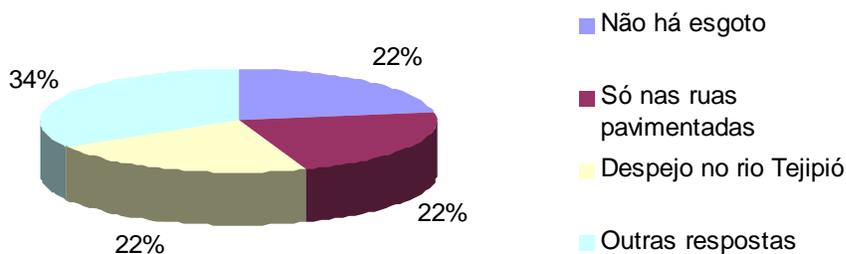
O segundo questionamento foi específico quanto ao abastecimento de água na Comunidade: *Se existe abastecimento de água na Comunidade, qual é a frequência?* Cem por cento (100%) dos entrevistados responderam que há água em todas as moradias, em dias alternados, por períodos de 24 horas. Pudemos observar que existem na Comunidade algumas moradias que fazem uso de poço e cacimba como medida para reduzir as despesas domésticas. Constatou-se também que em algumas moradias há ligações de água feitas de forma irregular ou clandestina.

Quadro 4

Categoria teórica: Saneamento ambiental	
Categoria empírica	Unidades de análise
Esgoto	<ul style="list-style-type: none"> maiores necessidades da comunidade: o sistema de esgoto e pavimentação das ruas

No terceiro questionamento, também específico com relação à existência de esgoto na Comunidade: Existe esgoto na Comunidade? Vinte e dois por cento (22%) dos entrevistados afirmaram que não há esgotamento sanitário e que existe escoamento de águas servidas e “dejetos” a céu aberto. Em alguns casos, o esgotamento é feito através do “canal principal no centro da Comunidade que recebe o sistema de drenagem das ruas pavimentadas”, que requer limpeza constante; outros 22% reafirmaram só haver esgoto nas seis ruas pavimentadas e outros 22% disseram haver casos de despejos diretos no rio Tejipió, conforme podemos visualizar no gráfico 2.

Gráfico 2 - Esgoto na Comunidade



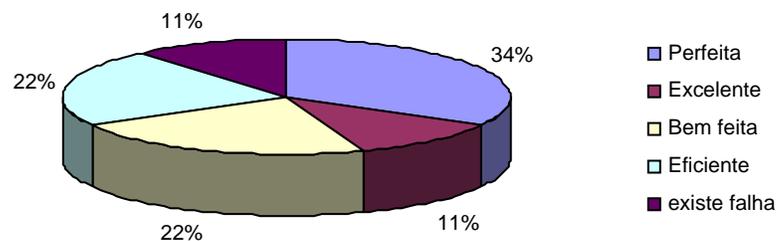
Quadro 5

Categoria teórica: Saneamento ambiental	
Categoria empírica	Unidades de análise
Coleta de lixo	<ul style="list-style-type: none"> sistema regular e eficiente

O quarto questionamento refere-se à existência de coleta de lixo na Comunidade: Existe coleta de lixo na Comunidade? Cem por cento (100%) das respostas afirmaram que existe coleta regular e diária, inclusive aos domingos e dias feriados, que atinge

todas as ruas; 42,86% disseram que acontece três vezes ao dia; 11% afirmaram ser a coleta excelente; 34% consideram a coleta perfeita; 22% disseram ser bem feita; e 11% afirmaram ser eficiente; os demais consideram que existe falha na coleta. Ver síntese no gráfico 3.

Gráfico 3 - Coleta de Lixo



Quadro 6

Categoria teórica: Saneamento ambiental	
Categoria empírica	Unidades de análise
Lixo em locais não apropriados	<ul style="list-style-type: none"> • as vezes sim. • falta ainda educação ambiental e conscientização na comunidade.

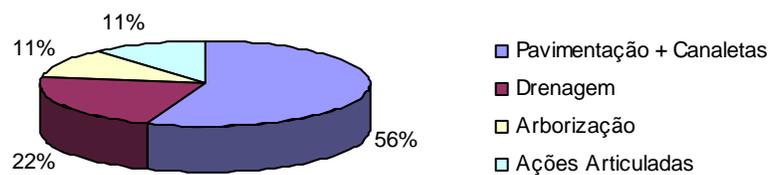
O quinto questionamento é complementar ao anterior e se refere à colocação de lixo em locais não apropriados: *O senhor(a) vê as pessoas jogando lixo em locais não apropriados como, por exemplo: rio, canal, canaletas, terreno baldio, campo de futebol etc.?* Cem por cento (100%) dos entrevistados afirmaram que sim.

Quadro 7

Categoria teórica: Saneamento ambiental	
Categoria empírica	Unidades de análise
Saneamento na Comunidade e preservação do meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • falta chegar saneamento • a PCR deve pavimentar ruas, fazer mais canaletas e drenagem • precisa conscientizar para preservar - processo socioeducativo • falta arborização • evitar queima de resíduo, inclusive pneus • precisa de divulgação e trabalho articulado • fazer parcerias entre os diversos segmentos envolvidos

O sexto item relacionado à categoria saneamento ambiental trata da questão do saneamento na Comunidade e da preservação do meio ambiente. Fica claro o entendimento de sete entre nove entrevistados de que “saneamento básico na Comunidade serviria para melhorar a saúde da população” e mais uma vez aparecem a pavimentação e a construção de canaletas como forma de preservação do meio ambiente, seguidos da drenagem de águas pluviais; a arborização foi citada apenas por um dos nove entrevistados. Ver gráfico 4.

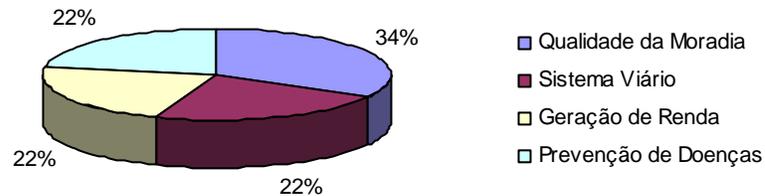
Gráfico 4 - Preservação do Meio Ambiente



Quadro 8

Categoria teórica: Inclusão social	
Categoria empírica	Unidades de análise
Melhoria das condições de vida	<ul style="list-style-type: none"> • saneamento básico para melhorar a condição de vida; • melhoria para evitar doença como: leptospirose, erisipela, doença de chaga; • necessidade de uma moradia digna • maior fiscalização para um melhor trabalho dos técnicos na comunidade • melhoria em relação à saúde das mulheres para evitar dengue, sarampo e a filariose na comunidade. • melhoria do acesso da comunidade, pois os carros, caminhões e bicicletas entram por toda a comunidade. • melhorar a geração de renda

Na categoria Inclusão Social, o primeiro questionamento a respeito das ações da PCR foi: *O senhor(a) considera que essas ações melhoram as condições de vida das pessoas que moram nesta Comunidade?* Obtivemos as seguintes respostas: aproximadamente 90% responderam que sim e que essa melhora está diretamente relacionada às questões de saúde, como prevenir e evitar doenças, aumentando a qualidade da saúde da Comunidade; aproximadamente 34% relacionaram essa melhora com a qualidade da moradia (“moradia digna”), circulação e acesso de transporte à Comunidade (carros, caminhões, bicicletas); 11% concluíram que essas ações proporcionam a melhoria da geração de renda, pois facilitam o abastecimento do comércio local (mercado, vendas supermercado, armazém de construção etc.), embora 22% tenham afirmado que “deveria ter uma maior fiscalização para um melhor trabalho dos técnicos na Comunidade” afirmando que se “faça, de fato, um serviço de saneamento básico para melhorar a condição de vida” e que há ações de prevenção de doenças junto à Comunidade como filariose, extermínio de roedores e escorpíões, mas que ainda poderia haver mais empenho por parte da Prefeitura do Recife. O gráfico 5 demonstra como os entrevistados percebem as questões vinculadas à melhoria da qualidade de vida na comunidade.

Gráfico 5 - Melhoria das Condições de Vida**Quadro 9**

Categoria teórica: Inclusão social	
Categoria empírica	Unidades de análise
Serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • posto de saúde, PSF • atendimento hospitalar só no PAM de Areias e maternidade em Afogados; • sempre tem médico. os médicos (duas equipes) são excelentes • o serviço de saúde precisa melhorar. Há profissionais que não têm compromisso (médico, enfermeira, auxiliar e agente de saúde)

A segunda questão da categoria Inclusão Social foi relacionada à disponibilidade de serviços de saúde na Comunidade: A Comunidade dispõe de serviços de saúde? (centro ou posto de saúde, hospital, maternidade, etc. Cem por cento (100%) responderam que a Comunidade dispõe de um posto de saúde em funcionamento e que quando há necessidade de hospital ou maternidade o atendimento é feito nas vizinhanças pelo PAM de Areias ou pela Maternidade de Afogados (Bandeira Filho) e Ibura. “Quase todos os funcionários do posto são moradores da própria Comunidade”.

Quadro 10

Categoria teórica: Inclusão social	
Categoria empírica	Unidades de análise
Serviços de educação	<ul style="list-style-type: none"> • escola municipal e creche; • escola em construção para o ensino médio ; • associação de moradores onde funcionam duas turmas para jovens e adultos. • as crianças do bairro estudam no centro social urbano de areias. • tem a creche

A terceira questão foi relacionada à disponibilidade de serviços de educação na Comunidade: A Comunidade dispõe de serviços de educação (escola, creche etc.)? Cem por cento (100%) responderam que há uma creche que atende às crianças da Comunidade e uma extensão de uma escola municipal com duas salas de aula para Educação de Jovens e Adultos que funciona nas instalações da Associação de Moradores, no turno da noite. Uma nova escola municipal, para atendimento no ensino fundamental, está em construção na comunidade.

Quadro 11

Categoria teórica: Inclusão social	
Categoria empírica	Unidades de análise
Outras instituições que, além da Prefeitura, prestam serviços à Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • ONG Visão Mundial: capacitação, cursos profissionalizantes, projetos de geração de renda e oferta de empréstimo; • ONG Justiça e Paz: assessoria jurídica à Comunidade; • UNICAP-NUAMPO: assessoria social na creche, na Associação de Moradores, aos idosos da Comunidade; • ONG Habitat: projeto “Negócio em Casa” de geração de renda para a Comunidade

A quarta questão foi relacionada à presença de outras instituições que, além da Prefeitura, prestam serviços à Comunidade e 90% das respostas foram afirmativas quanto à participação de ONG's na vida da Comunidade, tendo ocorrido apenas um dos entrevistados que afirmou não conhecer as instituições que apoiavam a Comunidade. A

parceria com a ONG Justiça e Paz, que presta assessoria jurídica e “realiza capacitações”, como cursos profissionalizantes de curta duração, e a ONG Visão Mundial que realiza cursos de capacitação profissional, empréstimo (microcrédito), destacam-se com 34% da menção nas respostas. A Habitat para Humanidad, que desenvolve o projeto “Negócio em Casa”, para a geração de renda na Comunidade, e busca a melhoria da qualidade das moradias, foi mencionada por um dos entrevistados.

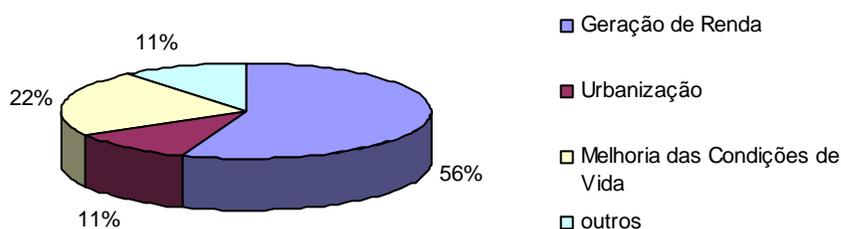
Quadro 12

Categoria teórica: Inclusão social	
Categoria empírica	Unidades de análise
Desenvolvimento Local e Inclusão Social	<p>Desenvolvimento local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • cursos para jovens para gerar renda para a família • promoção de eventos para gerar renda para a Comunidade • a principal fonte de renda da Comunidade se faz através do comércio • O que mais gera renda na Comunidade é o trabalho informal. • desenvolvimento da Comunidade “não só geograficamente falando, mas também em termos de condição de vida, moradia” • energia elétrica • o poder público investir em ações educativas e em cursos profissionalizantes para melhorar renda e fazer parcerias em ações para valorizar a população. • “desenvolvimento local e inclusão social: o emprego é a chave de tudo” • inclusão social • curso para a população conseguir um emprego, com alguma capacitação profissional e melhorar de vida • através desses cursos de capacitação se tem a inclusão social • através do serviço social se consegue atingir a inclusão social

	<ul style="list-style-type: none"> • através da implantação dos programas sociais: Pro-jovem, PETI, Bolsa-família. A Comunidade é assistida apenas pelo Bolsa-família; • na população da Comunidade tem muitos pensionistas, aposentados e muitos têm acesso à bolsa família; • é a participação dos moradores na luta pela melhoria do local. • se consegue através do estudo formal; • é o que precisa acontecer na Comunidade Chico Mendes.
--	---

A quinta questão foi relacionada ao entendimento sobre Desenvolvimento Local e Inclusão Social e 44% associam o desenvolvimento local à geração de renda e à inserção nas atividades profissionais e empreendedoras, pois a maioria da população tem trabalho informal. Outra parte dos entrevistados (11%) associa desenvolvimento local ao processo de urbanização e serviços de infra-estrutura, como energia elétrica e pavimentação, e a oferta de serviços como o comércio, conforme gráfico 6.

Gráfico 6 - Desenvolvimento Local



Pode-se perceber uma visão assistencialista de inclusão social em 34% dos entrevistados os quais associam essa categoria ao serviço social da Prefeitura ou das instituições não-governamentais presentes na Comunidade, ou a programas como Bolsa-família e defendendo, ainda, a necessidade de ampliação do acesso a outros programas como Pro-jovem e PETI. Esse segmento considera que as aposentadorias e

pensões dos idosos representam importante fonte de renda e, conseqüentemente, um processo de inclusão social, embora 11% destaquem a necessidade da oferta de cursos profissionalizantes ou defendam que isso só aconteceria com o “estudo formal”. Outra parcela dos entrevistados (11%) afirmou que “inclusão social é o que se precisa fazer aqui em Chico Mendes” e que isso aconteceria através da participação política dos moradores “na luta pela melhoria do local” e “das condições de vida dos moradores”. Para a população a educação formal e a formação profissional é, mais uma vez, uma forma desenvolvimento e inclusão social e faz parte dos principais anseios da comunidade.

Destaca-se que os questionários foram aplicados a nove representantes dos moradores da Comunidade Chico Mendes, os quais representam diversos segmentos como Associação de Moradores, lideranças comunitárias, trabalhadores de saúde, trabalhadores de educação, trabalhadores de saúde ambiental, representantes de igrejas católica e evangélicas, dirigentes de creche, e Associação de Idosos. Dentre os entrevistados, existem níveis de escolarização, formação e representação, bem como atuação política diversificados, o que nos proporciona uma visão mais ampla das respostas, em razão das respostas que representam níveis de compreensão distintas.

Considerando que foi utilizado como referência de indicadores de saneamento o conjunto de ações adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, acesso a serviço de coleta de lixo doméstico, a sistema de abastecimento de água e a esgotamento sanitário e tratamento de esgoto, podemos dizer que a população de moradores da Comunidade Chico Mendes é parcialmente atendida e embora as respostas individuais não contemplem o conjunto das ações, observa-se que, no conjunto das respostas, todos os indicadores foram citados, o que indica que os entrevistados têm a noção concreta do que representa ações de saneamento.

Embora a população reconheça que “o sistema de esgoto e a pavimentação das ruas é uma das maiores necessidades da Comunidade”, observamos que há, no mínimo, uma equiparação na valorização entre as ações como abastecimento de água/esgotamento

sanitário e aspectos de urbanização. Isso pode revelar uma aspiração de que a Comunidade tenha aspectos estéticos semelhantes às áreas prósperas da cidade, o que leva a questionar se isso está implícito na cultura local ou se não se trata do resultado de ação de marketing por parte da PCR, visto que pavimentação é uma obra de custo mais baixo, execução mais rápida e fácil visibilidade. No imaginário da população a pavimentação confere um caráter de desenvolvimento e *status* ao bairro, pois as ruas pavimentadas são comparadas esteticamente com áreas mais nobres da cidade.

Com as respostas obtidas pode-se confirmar que existe abastecimento público de água tratada em 100% das moradias, mas como forma de reduzir as despesas domésticas, há, em alguns casos, a complementação do consumo por outras fontes como poço e cacimba. Não há registros de que esses poços ou cacimbas sejam monitorados para o controle de qualidade da água, essencial para saciar a sede das pessoas, para preparar os alimentos e para a higiene pessoal e doméstica como limpar a casa, lavar louças e roupas, regar plantas etc., razão pela qual é considerada um elemento de extrema necessidade para o processo de inclusão social e para o exercício da cidadania.

O escoamento e tratamento de esgotos têm sido um dos graves problemas de saneamento nas zonas urbanas da maioria das grandes cidades, cuja população não tem acesso aos sistemas públicos de água e esgoto sanitariamente controlados e demanda cada vez mais serviços de infra-estrutura complexa como é o caso do abastecimento/tratamento de água e escoamento/tratamento de esgoto, cujo conjunto de atividades embora pareça, para parte dos moradores, um luxo inacessível, contribui para o processo de melhoria de qualidade de vida e inclusão social.

Observa-se que dos serviços básicos de saneamento presentes na Comunidade a coleta de lixo é o mais marcante pelo fato de ter maior extensão de atendimento e representar um grau elevado de satisfação da população, embora haja uma clara consciência da necessidade de educar melhor a população para cuidar dos resíduos,

como, por exemplo, pode-se observar na fala de um dos entrevistados: “porém ainda existe pessoas que joga lixos nas esquinas e no campinho”. Identifica-se, pelas respostas obtidas, que o serviço prestado é diário e constante, e faz a cobertura de toda a área ocupada, como menciona um dos moradores entrevistados: “nos locais onde o caminhão não entra, a coleta é feita com as carroças e carrinhos de mão”; a população também é orientada para enquanto a coleta não é realizada, o lixo ser armazenado em sacos plásticos, geralmente nos quintais e somente “em algumas casas é que tem o depósito de lixo na cozinha”.

Uma preocupação evidenciada por sete dos oito entrevistados consiste na necessidade de implementação de um processo socioeducativo de conscientização e orientação da população, por meio de palestras, para a preservação do meio ambiente “em termos de limpeza”, partindo do local, “sua própria casa”, para o global “a Comunidade”, objetivando minimizar a questão de colocação de lixo em locais não apropriados, pois, segundo os entrevistados, logo após as campanhas de orientação, observa-se mudança de atitude por parte da população, embora isso não permaneça por muito tempo. Esse comportamento pode ser consequência do fato de quase a totalidade dos moradores terem origem pobre e também, inicialmente, terem se instalado em local onde existia um lixão; além disso, a baixa escolaridade contribui por ainda não terem consolidado uma cultura de organização e higiene.

Parte dos entrevistados associa o ato de colocar o lixo em locais não apropriados como uma agressão ao meio ambiente, afirmando que “tem moradores, inclusive agentes de saúde”, que jogam lixo e resto de alimentos nas canaletas e nos esgotos, até diretamente no rio Tejipió”. Afirmam que isso acontece também em atividades comerciais, como é o caso do abate e venda de aves explorados comercialmente e cujos “restos de galinha” são deixados a céu aberto, o que faz com que “a Comunidade fique suja, com bichos, ratos, baratas e muriçocas”. Eles temem, assim, que doenças como a cólera e a leptospirose proliferem. Há, ainda, evidência de moradores que jogam lixo nas canaletas.

Para 56% dos entrevistados, houve uma evidente associação entre a construção de canaletas para a drenagem e pavimentação das ruas com a preservação do meio ambiente, havendo inclusive uma manifesta reivindicação de que a drenagem “devia acontecer independentemente da pavimentação”, o que denota uma hierarquização na demanda pelos serviços de saneamento. Alguns afirmaram a necessidade de a população cuidar do lixo, controlar as queimadas, inclusive de pneus e fios, como forma de diminuir a poluição. A necessidade de um incremento na arborização como forma de melhorar o meio ambiente esteve presente em 22% das respostas. Representantes da Associação dos Moradores e trabalhadores na área de saúde e saúde ambiental indicam em suas respostas a necessidade de comunicação e divulgação de ações articuladas entre a comunidade e os órgãos públicos instalados na comunidade e as instituições não-governamentais que atuam no local, destacando a necessidade de maior reivindicação por serviços de saneamento na definição de políticas públicas como no Orçamento Participativo (OP). Além disso, aponta-se a possibilidade de parcerias entre os diversos atores sociais envolvidos no processo.

Observa-se que na opinião dos moradores entrevistados há uma ênfase para a questão da melhoria da qualidade de vida por meio da elevação do nível de saúde e melhoria das moradias e, também, mais uma vez, é destacada a importância dos serviços de pavimentação das ruas como valorização imobiliária pela acessibilidade, permitida com as ações de pavimentação e drenagem. Embora a Comunidade seja atendida pelo Programa de Saúde Familiar, 34% dos entrevistados afirmaram que o posto de saúde “sempre tem médico”, mas estes são em número insuficiente como afirma um dos entrevistados, “está com pouco médico”, o que demonstra insuficiência da infraestrutura de saúde e que há a necessidade de uma política de atendimento com a designação de pessoal especializado para a Comunidade. Há o reconhecimento de que “os médicos (duas equipes) são excelentes”, mas há também a crítica de que “o serviço de saúde precisa melhorar, pois “tem profissionais que não têm compromisso (médico, enfermeira, auxiliar e agente de saúde)”. O “Negócio em Casa”, programa do Habitat Brasil, que visa desenvolver a geração de renda na comunidade e buscar a melhoria da

qualidade das moradias, é considerado uma ação que visa à cidadania buscando, além da posse da terra, melhores condições de vida.

Pelo fato de a comunidade não dispor de escolas de ensino fundamental e médio na Comunidade, as crianças e adolescentes, para freqüentarem esses níveis de ensino, têm de se deslocar para outros bairros vizinhos como Caçote e Areias, o que acarreta percorrer grandes distâncias, eventuais despesas com transporte e preocupação dos pais com relação às questões de segurança.

Além das ações realizadas pela PCR na Comunidade, salienta-se que em 66% das respostas, a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) foi mencionada como tendo importante participação na vida da Comunidade através do Núcleo Unicap de Apoio aos Movimentos Populares (NUAMPO) que realiza trabalhos de assessoria social através do trabalho de estagiários em serviço social junto à creche, ao grupo de idosos e à Associação de Moradores, desde 1992. Outro trabalho, desenvolvido pela UNICAP na comunidade e que foi mencionado nas entrevistas, é realizado pelo curso de fonoaudiologia, através de estagiários do referido curso junto aos idosos da Comunidade, iniciado em 2007.

Quando questionados sobre os temas Desenvolvimento Local e Inclusão Social, ficou evidente a associação entre o primeiro e geração de renda, embora um dos entrevistados tenha acrescentado que o desenvolvimento não deve acontecer “geograficamente falando (espaço físico), mas também em termos de condição de vida, moradia, etc.”. Para a maioria dos moradores entrevistados, a capacitação profissional caracteriza a principal forma de inserção nas atividades profissionais e empreendedoras e acreditam que o incentivo às atividades produtivas locais como “promover uma feirinha para gerar renda pra Comunidade” ou, como exemplifica outro entrevistado, “a pessoa faz um curso de cabeleireira, então é mais fácil conseguir um emprego, com alguma capacitação profissional”. Houve a afirmação de que o que mais gera renda na comunidade é o trabalho informal. Nesse sentido, busca-se relacionar o vínculo que há entre o entendimento do senso comum da necessidade de investimentos para

valorização local com a afirmação de Singer (2004) de que “o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão”.

Ainda observa-se que outra parte dos entrevistados (11%) associa desenvolvimento local ao processo de urbanização e serviços de infra-estrutura como energia elétrica e pavimentação e a oferta de serviços como o comércio.

Quadro 13

Categoria teórica:	Categoria empírica:
Saneamento Ambiental	Saneamento Ambiental na Comunidade Chico Mendes

Observa-se no quadro acima que, tanto nas respostas dos questionários aplicados quanto nas entrevistas de respostas espontâneas, com frequência, há uma associação entre saneamento e pavimentação de ruas, isso porque há o entendimento de que com a pavimentação vem também o sistema de drenagem e a rede de esgotos, embora nem sempre isso aconteça dessa forma, como podemos identificar na fala de um dos entrevistados:

“as ruas, antes de serem pavimentadas, sofrem muito com alagamento, e tem fossa nas casas, mas vive os dejetos ladeira abaixo, sempre enche as fossa e quando as ruas são calçadas, o povo bota para o esgoto (canaleta), o que não é certo, porque ainda não temos saneamento. (...) Quando faz as parte da pavimentação, sempre tem as redes de esgoto, onde canaliza banheiro, balcão, água de lavagem de limpeza de casa sempre a exigência aqui é para fazer a fossa no quintal, mas a gente sabe que o pessoal joga na rua.

Outra ocorrência identificada na fala das pessoas e também por constatação no local é a existência de “algumas ruas com o esgoto a céu aberto” e mesmo em locais onde existem coletores de esgoto e construção de canal, moradores afirmam utilizar as canaletas de águas pluviais para drenar os esgotos, o que causa transtorno e promove

a proliferação de doenças, visto que como afirma um entrevistado, “as criança pequena que gosta muito de tá brincano em esgoto, ia lá brincar, se melar e agora eles não tão brincano com isso”.

Embora haja a compreensão da necessidade da implantação do sistema de esgotamento sanitário, há uma visível valorização com relação à pavimentação das ruas, visto que na compreensão popular, definir e pavimentar ruas torna a comunidade semelhante a outras áreas melhor atendidas da cidade, conferindo *status* de bairro com acessibilidade e endereço definido e identificado.

A questão do abastecimento de água na Comunidade é considerada resolvida e isso é entendido como uma evolução da comunidade, como diz um entrevistado, quando afirma que “era difícil, a nossa vida aqui, era uma vida totalmente difícil. Mas graças a Deus com o desenvolvimento da Comunidade, agora a gente temos água encanada. Nem todos são legalizados, porque tem alguns moradores que ligaram por conta própria”.

A questão do lixo parece ser, dentre todos os itens de saneamento, a melhor resolvida, visto que há coleta diária e os entrevistados demonstram consciência e conhecimento sobre atitudes que devem ser tomadas pelos moradores para manter a Comunidade com um bom nível de atendimento nessa questão, como podemos observar no depoimento a seguir:

Nós temo a coleta do lixo e tombém aqui a gente já teve palestra sobre meio ambiente, e os pessoal, a maoria, tem muitas pessoa aqui consciente, não joga lixo no canal, não faz sujeira no meio da rua. Geralmente aqui, quando a gente vê alguma sujeira, o morador sempre se reúne, tudinho, eles, eles bota o lixo no saco, amarra, entendeu?

Mesmo assim, há como afirma um dos entrevistados, “pessoas que trabalham com reciclage são os primeiro a jogarem, só pega o que é aproveito o que serve pra eles, o que não serve pra eles então pode ser jogado à toa nem sequer tem a idéia de deixar junto no lugar onde o carro do lixo possa levar sem prejuízos pra eles próprio e pra outros”.

Alguns entrevistados consideram que para melhorar o meio ambiente, faz-se necessário ampliar a área verde da Comunidade e citam a importância da mata remanescente existente na circunvizinhança, como observamos em uma das entrevistas: “Temo aqui atrás, no outro lado, tinha a mata dos Deus Abençoa. Aquilo ali é um meio ambiente para a gente”.

O local onde a Comunidade está situada era conhecido como pantanal por ter sido uma área muito alagada devido à devastação e à exploração comercial de areia que provocou grandes depressões que alagavam no período chuvoso por falta de escoamento e que, mesmo com “abastecimento d’água, não podiam construir banheiros. *Se necessitava no chão*, em cima das palafitas”. Em outro depoimento, o entrevistado diz que

“As casa aqui, quando era no inverno, alagava, não tinha pra onde corrê a água, e foi feito um canal que atende muito a Comunidade, porque desde que foi feita a construção desse canal, toda a água da chuva ela cai dentro desse canal e evita muitas coisa”.

Observa-se que dois itens têm sido bastante valorizados pelos moradores locais: o destaque para a pavimentação das ruas e, em especial, quando se trata da drenagem de águas pluviais e águas servidas. Além disso, podemos constatar que após algumas ruas serem pavimentadas, os moradores, estimulados com a infra-estrutura, realizaram melhorias em suas casas, como afirma um dos entrevistados: “após a pavimentação mudou que hoje onde era o pantanal tem primeiro andá, segundo andá, rua pavimentada, banheiros construídos, casas muito boas, até melhores do que as de lá que já era feito”.

A questão do saneamento é entendida pelos representantes de saúde e meio ambiente como prioridade para a Comunidade e isso é observado em um entrevistado, quando afirma que

em “Chico Mendes” não existe o saneamento básico, e é uma das prioridades, é uma área carente e necessita do saneamento básico. Principalmente pra diminuir o risco à saúde. A gente vê em outros bairros carentes, onde o número de doenças era alto e hoje conseguiu; principalmente, iria diminuir, com certeza,

esses índices de diarreia, com relação aos roedores e outro tipo de doença vinculado com a água.

Análise das entrevistas

Quadro 14

Categoria teórica	Categoria empírica
Saneamento ambiental/Inclusão social	Políticas Públicas na Comunidade Chico Mendes.

Analisando as respostas espontâneas, observamos que há o entendimento de que as ações de políticas públicas se dão na comunidade através da participação da comunidade no Orçamento Participativo (OP) e há o reconhecimento de ações com a construção de uma escola e a existência de duas salas de aula que funcionam à noite na Associação de Moradores, o Posto de Saúde e a Creche, bem como existência de ruas pavimentadas, além de todas as ruas serem nomeadas e identificadas, o que na fala de um entrevistado é dito que “não tem dificuldade de entrar um carteiro, de chegar ninguém procurando nosso endereço”.

Observa-se que se trata de uma comunidade atuante e reivindicatória, que considera que são poucas as ações da Prefeitura, que afirma que pelo fato de serem atuantes têm conquistado melhorias e

“quando chega não é bondade, é direito e é nós que vai buscá. Nós deve a nós mermo, a nossa luta”; “Nós entendemos que a política pública ela dá a partir do momento que a gente vai correr atrás, porque órgão público eles só trabalha sob pressão, ele não trabalha de fato porque ele é bonzinho, ou agrade a algo, ou porque eu é, sou tão brabo assim, não. Ele trabalha sobre forte pressão; porque é claro a melhoria do nosso povo, a qualidade de vida que dá, pessoalmente que a gente tem de fato um trabalho de política pública que é intensificado dentro da comunidade”.

Mesmo assim, há o entendimento de que instituições privadas, em suas ações sociais, estejam promovendo políticas públicas, quando citam atuações, por exemplo, da Universidade Católica (UNICAP) na comunidade e afirmam: “acho que a UNICAP ajuda muito assim na Comunidade”.

No entanto, há ainda o reconhecimento de que a Prefeitura se utiliza do período eleitoral para se aproximar da comunidade, como afirmam alguns entrevistados:

“prefeitura só mais entra aqui em época de eleição, teve muita coisa pra ser feito e a prefeitura não tá nem aí, que eu sei disso, só que eu não vou citá nome que não adiante, né?”; “Quando vai ter tempo de eleição, é uma festa aqui dentro”; “O que eles, o que ele, já o que ele fornece pra gente, ele calçaro a rua, a gente trabalha pra ele com conta de luz, trabalha pra ele tudinho”

Uma visão interessante foi externalizada por um dos entrevistados, representante da área de saúde, que sugeriu que deveria haver

“um trabalho integral, mais palestras, mais conscientização, porque a gente denuncia as coisas e a gente não vê um retorno imediato, aqui próximo a gente tem uma ponte que passa no rio Tejipió, e uma parte desse rio já foi aterrado por lixo, eu quando era da COMUL, eu cansei de denunciá várias vezes. (Comissão de Urbanização e Legalização – COMUL).

Concluimos que há uma visão clara de que deveria existir um planejamento conjunto entre os órgãos da PCR para melhorar a Comunidade Chico Mendes e atuar com maior efetividade na busca de soluções para as demandas apresentadas e dar mais assistência para a solução dos problemas nessa comunidade pobre que, efetivamente, como afirmou um entrevistado: “é um bairro que necessita do poder público”.

Quadro 15

Categoria teórica	Categoria empírica
Saneamento ambiental	Meio Ambiente na Comunidade Chico Mendes.

Com relação ao tema meio ambiente, observamos a importância dada às ações educativas (capacitações) e, conseqüentemente, à educação ambiental para orientar a

comunidade quanto às questões do armazenamento, monitoramento e aproveitamento do lixo, do controle de vetores transmissores e causadores de doenças, bem como para a implantação de arborização na comunidade. A limpeza e manutenção do canal são apontadas como uma ação ambiental importante, porque quando chove é que obstrui e alaga a parte mais baixa da comunidade. Além disso, a existência do Programa de Saúde Ambiental, criado em 2001, contribui para diminuir os altos índices de doenças e, ao lado da formação dos Agentes de Saúde Ambiental, baixaram os índices de doenças, principalmente com relação à dengue, leptospirose e acidentes com escorpiões.

A Comunidade reivindica a implantação de uma praça como uma ação de meio ambiente que poderia melhorar a vida dos moradores, principalmente das crianças que precisam ser levadas para outros bairros quando se pretende momentos de lazer em praça pública como diz um entrevistado: “a gente leva nossas criança pra praça mais próxima da nossa comunidade, que é em Vila Cardeal. Agora se tivesse dentro da nossa Comunidade, seria fundamental e nós não temos como fazer a praça, porque o único canto a mais que tem é o campo, mais no campo não pode fazer”.

Destacamos em algumas entrevistas a preocupação dos moradores em buscar nas ações ambientais alternativas para melhorar a geração de renda na comunidade por meio da organização do trabalho para coleta, seleção e beneficiamento dos resíduos como podemos observar:

Deveria ter mais emprego pra essas pessoa mermo de dentro da Comunidade, nem todos aqui não tem emprego. Mas agora a gente agora tá fazeno assim: a gente separa um lixo pra cá e eu, a gente traz, já deixa separado uma garrafa de reciclage, um saco de reciclage separado e um saco de lixo pra lá. Aí eles já, eles já não toca mais, eles já vão pegar no saquinho que tá com reciclage e já leva, pra não mexer mais no lixo.

Um entrevistado fez menção à questão da poluição sonora associada ao meio ambiente, afirmando, inclusive, que “tem muita gente perdendo audição, por conta do ruído do avião, que é muito alto. O ruído do avião que é altíssimo”.

O desmatamento, também de área próxima à comunidade, a poluição do Rio Tejipió, que tem parte de seu leito aterrado com lixo da comunidade Chico Mendes e de outras localizadas nas proximidades, são problemas que chamam a atenção para a importância de um trabalho socioeducativo sobre preservação com as crianças e adolescentes, como ação de longo prazo para a preservação do meio ambiente.

Quadro 16

Categoria teórica	Categoria empírica
Inclusão social	Desenvolvimento local na Comunidade Chico Mendes

O desenvolvimento local está associado à geração de renda e as pessoas entendem que na comunidade a renda, de forma geral, é uma iniciativa particular e citam como exemplo os supermercados, as costureiras e os puxadores de carroças, como iniciativas pessoais para a sobrevivência, e programas oficiais assistenciais como Bolsa-família como uma ação governamental de fomento à geração de renda. Embora dentre os entrevistados houvesse aqueles que reconhecem investimentos públicos de infra-estrutura, como escola, creche e posto de saúde, como ações de desenvolvimento local, pois essas ações têm proporcionado a empregabilidade de mão-de-obra local, há a consciência da necessidade de incentivos para a criação de oportunidades de empreender pequenos negócios como a produção de salgados, doces e bolos, e costura, bem como o comércio local, como diz uma pessoa entrevistada: “que houvesse assim a oportunidade de ajuda as pessoa a viver bem do seu próprio negócio”, por exemplo. A renda é geralmente proveniente de atividades informais como depósitos de material reciclável que existem em número aproximado de dez (10) e as várias barracas “de alimentos, guaraná do amazonas, etc.”.

A educação e a formação profissional são apontadas por diversos entrevistados como o caminho para a melhoria da qualidade de vida e preparação dos jovens para a inserção no mundo produtivo, como cita um entrevistado:

“eu acho que se botasse mais curso profissionalizante no meio dos adolescentes pra não ficarem tão solto fazeno o que não deve, aprendeno um profissão, como ganhar o dinheiro deles (...) eu acho que ajudaria muito”.

A retirada do lixo acumulado durante a época em que o local se destinava a um lixão da PCR e onde hoje a comunidade está instalada, a drenagem das águas, a urbanização e a melhoria das moradias, bem como a implantação de creche, escola e posto de saúde, as ações dos Agentes de Saúde Ambiental como a desratização e erradicação e prevenção de outros vetores causadores de doenças nesses locais são vistas como ações de desenvolvimento local por alguns dos entrevistados que apontam a “criação de uma cooperativa local” como forma de incrementar a criação de oportunidades de trabalho duradoura que valorizaria a mão de obra da Comunidade.

A prestação de serviço público de saúde como dois consultórios médicos, consultório odontológico, sala de curativo, sala de vacina e o serviço de prevenção às doenças são vistos como avanço para o desenvolvimento local. As pessoas se orgulham, inclusive, de já terem sido “modelo de gestão de PSF”, embora haja a reclamação de que há carência de médicos devido à transferência para outras Comunidades e ao fato de existirem enfermeiros que “tão trabalhando insatisfeitos porque são funcionários temporários e não teve concurso para cargo permanente com lotação na comunidade”. Uma comunidade pobre. É a idéia que todos têm, de forma clara, da própria condição de vida e ressaltam que “o desenvolvimento local tem se dado a partir do momento dos calçamento de rua, de drenagem de rua, de esgotamento sanitário, de acessibilidade e sistema viário, onde na rua pode entrar carro, ambulância etc. e idosos e crianças podem andar mais livremente, sem correr o riscos”.

Quadro 17

Categoria teórica	Categoria empírica
Inclusão social	Inclusão social na Comunidade Chico Mendes

A inclusão social é percebida pelos entrevistados como oportunidade de geração de renda e acesso a serviços públicos de saúde, educação (creche e escola) e a

programas assistenciais como Bolsa-família, embora, como diz um entrevistado “deveriam os órgãos públicos fazer mais alguma coisa para que eles pudessem viver e ter uma vida mais digna dentro da própria Comunidade”.

O incentivo aos jovens por meio de atividades culturais e artísticas para identificação e desenvolvimento de talentos por parte da PCR é cobrado pela comunidade como forma de inclusão social e redução da criminalidade, pois, segundo uma pessoa entrevistada, “a cultura, ela facilita, porque ela entra mais na nossa Comunidade, já até temos um grupo e aí as pessoas têm grupos de apresentação e outras coisa mais e agora nós temos aqui.

A participação de instituições não-governamentais com intervenções na área social tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e isso é reconhecido nas respostas das entrevistas, quando afirmam “que nós tínhamos aqui constantemente a UNICAP. A UNICAP, ela tem participado e agora ela tem dado muita força”.

É perceptível o entendimento, por parte da maioria dos entrevistados, de que tanto com relação ao desenvolvimento local quanto à inclusão social, a mudança de padrão de vida se daria por meio da educação e da formação profissional quando salientam a necessidade de

“frequentar faculdade”, como diz um entrevistado e mais claramente na fala a seguir: “pra começá uma boa escola, uma boa escola. Que as vezes aprende o lugar com o filho na escola e ele não aprende o tipo de ensino, se o ensinamento fosse melhor na escola pública, assim municipal, vejo, o ensinamento é muito decadente demais, demais mermo”.

É interessante a visão de um dos entrevistados que salienta a necessidade de um trabalho integrado dos órgãos públicos na busca de soluções para a melhoria de vida da comunidade, quando diz que a questão da inclusão social

“aqui na nossa Comunidade especificamente deveria ter um trabalho integrado de saúde, com educação, com os órgãos públicos, seria uma deixa pra eles poderem participar e não se excluir e que eles tivessem acesso as coisa do jeito que eles são, porque primeiro emprego a gente não conhece quase nenhum

adolescente que teve acesso ao primeiro emprego, através de órgãos públicos, não que todos sejam desempregados, ao contrário tem pessoas muito bem empregados, mas que luta e que acha que é uma renda extra é melhor, aí fica difícil de qualquer competir, a grande maioria é excluído, então eles não tem direito a alimentação, a uma educação básica, eles não tem direito a uma boa escola, eles são discriminados pelo órgãos públicos e quanto a assim, o ideal seria que os órgãos trabalhassem integrado”.

A participação política é entendida como meio para a inclusão social com o conhecimento dos direitos e deveres; a participação efetiva ocorre pela reivindicação das intervenções na comunidade que possam melhorar a participação da maioria nos programas voltados para a Comunidade como a participação em: “programas como a Bolsa-família, programa de apoio aos jovens, a cultura, o conhecimento, a radicalização (erradicação) ou a diminuição do analfabetismo, onde as pessoas pode crescer juntas, principalmente aquelas que não tiveram a oportunidade na vida passada”. “E conclui o entrevistado: Isso é inclusão social”.

O contato direto com as pessoas da Comunidade Chico Mendes confirma a idéia de que o povo precisa do poder público para o seu desenvolvimento social, em todas as suas variáveis, mas também fortalece a certeza de que a educação formal pode amparar as expectativas de uma vida melhor, mas, seguramente, a inexistência da educação escolar não vai impedir que o povo possa contribuir com reivindicações e soluções para o desenvolvimento da própria Comunidade.

Capítulo VI - Considerações finais

No Brasil considera-se que está na linha de pobreza aquela parcela da população, cuja renda per capita mensal seja inferior a R\$ 80,00 (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999). A partir de 2007, o IBGE, em seu “Compêndio de Melhores Práticas em Mensuração da Pobreza”, classifica a pobreza em cinco abordagens principais: linha de pobreza absoluta; linha de pobreza relativa; pobreza subjetiva; necessidades básicas insatisfeitas ou privação – incluindo a mensuração da saúde e da pobreza infantil; e combinação de linhas de pobreza com privação.

A falta de água e esgoto tem impacto em uma área vital do desenvolvimento humano, a educação — um dos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Infecções

parasitárias transmitidas pela água ou pelas más condições de saneamento comprometem a aprendizagem de 150 milhões de crianças, um contingente superior à população do Japão. Em razão dessas doenças, são registradas 443 milhões de faltas escolares por ano, informa o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2006, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2006 - Relatório de Desenvolvimento Humano). (www.pnud.org.br)

A falta de acesso a água e saneamento mata uma criança a cada 19 segundos, em decorrência de diarreia, afirma o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH, 2006), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O estudo, intitulado “Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água”, também mostra que, no ritmo atual, o mundo não conseguirá cumprir a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que prevê reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas que não desfrutam desses recursos.

As estimativas do relatório apontam que há 1,1 bilhão de pessoas sem acesso a água limpa, e que, dessas, quase duas em cada três vivem com menos de dois dólares por dia. Cerca de 2,6 bilhões de habitantes moram em domicílio sem esgoto, dos quais 660 milhões sobrevivem com menos de dois dólares por dia. “A crise da água e do saneamento é, acima de tudo, uma crise dos pobres”, resume o relatório.

Os efeitos do problema, conseqüentemente, recaem mais sobre os que têm menor renda. Sobretudo por falta de água potável e saneamento, são registrados anualmente 5 bilhões de casos de diarreia nos países em desenvolvimento. Anualmente, essa doença tira a vida de 1,8 milhão de crianças menores de 5 anos — 4.900 por dia. É a segunda principal causa de morte na infância, só atrás de infecções respiratórias. Ainda que possa ser evitada com medidas simples, a diarreia mata mais do que tuberculose e malária, seis vezes mais que os conflitos armados e, entre as crianças, cinco vezes mais que a Aids. “Água limpa e saneamento estão entre os mais eficientes remédios preventivos para reduzir os índices, é um forte indicativo disso: a morte de crianças de

menos de 5 anos representa menos de 1% dos óbitos nessas regiões. No mundo, representa 20%. Na África Subsaariana e no sul da Ásia, 33%.

As condições ambientais estão diretamente vinculadas às condições de saúde e suas conseqüências para a população e essa interação consiste em complexas relações entre o padrão de qualidade da saúde e fatores como o abastecimento de água e, segundo Klees et al. (1999). “muitas vezes, porém, é necessário oferecer educação sobre higiene para que as comunidades possam alcançar os benefícios potenciais para a saúde”. Bucknall et. al (2007) complementam afirmando que uma lição das últimas duas décadas é que a lavagem das mãos é importante para reduzir as doenças ligadas à água e que melhorias no destino dado ao excremento e na lavagem das mãos podem reduzir a mortalidade de crianças menores de cinco anos em 60%, a incidência da esquistossomose em 77%, os vermes intestinais em 29% e o tracoma entre 27 e 50%.

Os danos à saúde ligados ao meio ambiente podem ser reduzidos mediante: maior disponibilidade de água potável e sanitários combinados com educação em saneamento; medidas para reduzir água estagnada em locais de reprodução de mosquitos (por exemplo, capina em torno de casas e espelhos de água, inspeção individual das casas na busca de locais propícios para a reprodução dos insetos, limpeza de valas públicas e comunitárias, coleta de lixo).

É importante também atribuir poder aos grupos excluídos mediante o fomento de intervenções comunitárias relativas ao abastecimento de água, saneamento ou gestão do solo; a inclusão de informações ambientais no currículo escolar para que as pessoas compreendam a relação entre o seu bem-estar e as condições ambientais; a educação das pessoas a respeito da importância da lavagem das mãos e de se dar um destino adequado às fezes para a prevenção da diarreia; e a escolha de grupos excluídos (por exemplo, famílias matriarcais sem acesso a remessas de fundos) para projetos destinados a gerar renda.

No Brasil e em tantos outros países onde há a desestruturação social causada pela crise econômica, as comunidades se mobilizam e se articulam politicamente para encontrar saídas na tentativa de superar seus problemas, como afirma Oliveira (2006):

“É no bojo das organizações em contextos populares, que se buscam com mais intensidade, alternativas para superar o problema do desemprego, da fome e da miséria. (...) É a luta pela melhoria de qualidade de vida que pouco a pouco vai se configurando nos aspectos sociopolíticos, econômicos e educacionais”. (OLIVEIRA, 2006 p. 158 e 162).

Para a análise dos impactos causados pelas ações de saneamento na Comunidade Chico Mendes, utilizamos, como parâmetros, os indicadores de saneamento adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): *acesso a serviço de coleta de lixo doméstico, a sistema de abastecimento de água e a esgotamento sanitário e tratamento de esgoto* e concluímos que a população é parcialmente atendida. Observou-se que embora as respostas individuais não contemplem o conjunto das ações, no conjunto das respostas, todos os indicadores foram citados, e todos os entrevistados demonstraram clara noção do que representam ações de saneamento.

Pode-se observar nas respostas dos entrevistados a ênfase dada aos serviços de abastecimento de água, com 100% de atendimento e, principalmente, ao serviço de coleta diária de lixo, considerado por alguns como excelente. Somente um entrevistado fez menção à questão da poluição sonora associada ao meio ambiente, afirmando, inclusive, que “tem muita gente perdendo audição, por conta do ruído do avião, que é muito alto”.

Nos estudos realizados e nas pesquisas feitas na comunidade não foi identificada uma política definida de saneamento ambiental para a Comunidade e que as ações realizadas são de forma isolada e, em geral, acontecem a partir das reivindicações feitas pela população nas articulações políticas e por ocasião do Orçamento Participativo (OP). Há, por parte dos entrevistados, o entendimento de que instituições privadas, em suas ações sociais, estejam promovendo políticas públicas e há, ainda, o

reconhecimento de que a Prefeitura se utiliza do período eleitoral para se aproximar da comunidade, como afirmam alguns entrevistados.

A população reconhece que o “sistema de esgoto e a pavimentação das ruas é uma das maiores necessidades da Comunidade”, mas, como podemos verificar na análise das entrevistas, observamos que há, no mínimo, uma equiparação na valorização entre as ações como abastecimento de água/esgotamento sanitário e aspectos de urbanização. No imaginário da população a pavimentação confere um caráter de desenvolvimento e *status* ao bairro, pois as ruas pavimentadas são comparadas esteticamente com áreas mais prósperas da cidade, o que nos leva a questionar se isso está implícito na cultura local ou se não se trata do resultado de ação de marketing por parte da PCR, visto que pavimentação é uma obra de custo mais baixo, execução mais rápida e fácil visibilidade.

Na opinião dos moradores entrevistados há uma ênfase para a questão da melhoria da qualidade de vida por meio da elevação do nível de saúde e melhoria das moradias. Para a maioria dos moradores entrevistados, a capacitação profissional caracteriza a principal forma de inserção nas atividades profissionais e empreendedoras, pois o desenvolvimento local e inclusão social estão diretamente associados à geração de renda, embora para 11% dos entrevistados, desenvolvimento local está vinculado ao processo de urbanização e serviços de infra-estrutura como energia elétrica e pavimentação e a oferta de serviços como o comércio.

Observa-se a importância dada às ações educativas e, conseqüentemente, à educação ambiental para orientar a comunidade quanto às questões do armazenamento, monitoramento e aproveitamento do lixo, do controle de vetores transmissores e causadores de doenças, bem como para a implantação de arborização e criação de uma praça na comunidade. Há a preocupação dos moradores em buscar nas ações ambientais, alternativas para melhorar a geração de renda na comunidade por meio da organização do trabalho para coleta, seleção e beneficiamento dos resíduos domésticos.

Há certo consenso por aqueles que estudam Desenvolvimento Sustentável e formulam e promovem políticas públicas de que se faz necessário, cada vez mais, pensar, propor e executar políticas ambientais que sejam capazes de articular e integrar as políticas sociais efetivamente inclusivas e duradouras para que se tornem sustentáveis.

Assim, a proposição de um desenvolvimento sustentável deverá contemplar a organização das cidades como um ambiente saudável sanitária, social e ambientalmente, tendo como foco a parceria entre as intervenções de base tecnológica e as tecnologias sociais onde haja o respeito ao capital humano, social e natural na perspectiva de geração de renda com atividades socioprodutivas que estimulem o protagonismo local para uma economia mais solidária, preços mais justos e uma vida mais humana.

Faz-se mister, portanto, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a proposição de tecnologias sociais capazes de gerar benefícios para a melhoria da qualidade de vida daqueles que, embora cidadãos por direito, encontram-se alijados do processo de desenvolvimento, em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, bem como capacitar os atores locais (a comunidade) para a organização coletiva e desenvolver técnicas de seleção para melhor aproveitamento dos resíduos domésticos, geração de renda e diminuição dos agravos dos contaminantes para o meio ambiente, para a comunidade e para a sociedade, mediante ações de política pública em vários setores, da educação à saúde.

Como diz um entrevistado, a Comunidade Chico Mendes, “é uma Comunidade pobre”, porém bastante politizada e articulada, o que faz dela uma Comunidade acostumada à luta e que entende que política pública “se dá a partir do momento que vai correr atrás e não porque o poder público é bonzinho” e afirma que só sob “forte pressão é que melhoria da qualidade de vida é alcançada” e assim, serão “incluídos nas definições das políticas públicas”.

Embora a Comunidade tenha uma história de participação ativa nos momentos de definição do Orçamento Participativo (OP), isso não é bastante para garantir que a Comunidade seja atendida de forma satisfatória nas ações da PCR que possam contribuir para melhorar a qualidade de vida dos moradores. O planejamento articulado entre os diversos atores sociais envolvidos como os moradores, a Prefeitura e outros órgãos ou instituições que participam do cotidiano da Comunidade poderá identificar as necessidades imediatas e futuras e definir metas na busca soluções que, de fato, possam contribuir para superar as fragilidades encontradas na educação, saúde, geração de renda, moradias, infra-estrutura urbana etc, e promover a elevação do padrão de qualidade de vida da população na perspectiva de uma relação homem e meio ambiente equilibrada, saudável, duradoura e permanente.

REFERÊNCIAS

ALVA, Eduardo N. Metr6poles (In)Sustent6veis. Rio de Janeiro: Relume-Dumar6, 1997.

BARBIERI, Jos6 Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estrat6gias de mudan7as da Agenda 21. 7. ed. rev. e atual. Petr6polis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL. LEI N6 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disp6e sobre a Pol6tica Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formula76o e aplica76o, e d6 outras provid6ncias.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustent6vel. 2004.

_____. Constitui76o da Rep6blica Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro 1988. 25. S6o Paulo. Saraiva, 2000.

_____. PROJETO DE LEI 5296/2005. Institui as diretrizes para os servi7os p6blicos de saneamento b6sico e a Pol6tica Nacional de Saneamento B6sico – PNS.

_____. LEI N6 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento b6sico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n6 6.528, de 11 de maio de 1978; e d6 outras provid6ncias.

BUCKNAL J.et al. Poverty Reduction Strategy Sourcebook. World Bank. 2001 - poverty.worldbank.org. Dispon6vel em <http://wb.forumone.com/poverty/portuguese/strategies/srcbook/env0118.pdf>. Acesso em 22/10/2007.

CAPRA, Fritjof. Ponto de mutacao, O. P. imprenta: Sao Paulo. Cultrix, 1990. In SILVA FILHO, 1998.

CARVALHO, P. R. Boas Práticas Químicas em Biossegurança. Rio de Janeiro: Interciência, 1999.

COELHO, Franklin Dias. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. IN: FONTES, Ângela e COELHO, Franklin Dias. Desenvolvimento econômico local: temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM, SERE/FES, 1996.

Diccionario de la Naturaleza. 1987. Disponível em www.redeambiente.org.br/diccionario. Acesso em 12/10/2007.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DOLABELA, Fernando. Pedagogia empreendedora. São Paulo: Editora Cultura, 2003.

DUBOS, R.J. Man, Medicine, and Environment. 1968. In SILVA FILHO, 1998.

FERRAZ, Débora e CASTILHO, Cláudio Jorge Moura. Movimentos sociais e busca da inclusão social: a participação popular no planejamento e gestão urbanos em ZEIS: um estudo de caso no lugar Chico Mendes. Universidade Federal de Pernambuco — UFPE/ Grupo de Pesquisa dos Movimentos Sociais e Produção do Espaço Urbano — GPMSPEU. Recife,

FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, UNICAMP, 2001.

FÓRUM ESTADUAL DA AGENDA 21 DE PERNAMBUCO. Agenda 21 do Estado de Pernambuco. Recife: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2002. Disponível em www.sectma.pe.gov.br/download/Agenda_21. Acesso em 06/08/2006.

FUNASA. Manual de Saneamento. 3. ed. rev. 2004. www.funasa.gov.br

FUNASA em revista-janeiro de 2004 -nº 1.

GERMANO, José Wellington. Pobreza e educação: o avesso da cidadania. Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XIX – nº. 57 – junho de 1998. São Paulo: Cortez.

HELLER, Léo. Saneamento e saúde. Brasília : OPAS, 1997. In SILVA FILHO, 1998.

JESUS, Paulo de e MANCE, Euclides. Exclusão/Inclusão. In: CATTANI, Antônio David (org.) A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____ e TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antônio David (org.) A outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento, implantação e controle. São Paulo : Atlas, 1994. In SILVA FILHO, 1998.

MILLER, Arthur P. Água e saúde. Rio de Janeiro : USAID, 1966. In SILVA FILHO, 1998.

MONTEIRO, Carlos Augusto. Estudos Avançados – Segurança Alimentar – A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil: medindo a extensão da pobreza, da fome e da desnutrição. Estudos Avançados. vol. 9, nº24. São Paulo, 1995.

NERY, Tito César dos Santos. Saneamento: ação de inclusão social. Estudos avançados. v. 18, n. 50. São Paulo, 2004. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 13 dez. 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento estratégico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. Como fazer pesquisa qualitativa. Recife: Bagaço, 2005.

_____. Associativismo e cooperativismo no desenvolvimento local. In: SALETT, Maria e CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. (orgs.) Associativismo e desenvolvimento local. Recife: Bagaço, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos walter. O desafio ambiental. In: SADER, Emir. (org.). Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PREFEITURA DO RECIFE. Caderno de Resoluções da 1º Conferência Municipal de Saneamento do Recife. Recife, 2002.

Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2006, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2006). www.pnud.org.br. Acesso em 10/10/2007.

ROQUE, Odir C. Educação para a qualidade de vida em vista do saneamento ambiental. In: Subprojeto de Educação Ambiental, módulo IV. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo, Vértice, 1986.

_____. Desenvolvimento, um conceito transdisciplinar por excelência. Interdisciplinaridade 2. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1993.

_____. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SÃO PAULO. LEI Nº. 7.750, de 31 de março de 1992. Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências.

SILVA, D. J. da & POMPEO, C. A. Bases metodológicas para o tratamento de questão.

SILVA FILHO, Waldemar Ferreira da. A competitividade e a quebra de paradigmas gerenciais: um estudo de caso em uma empresa de saneamento. Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 1998. (dissertação de mestrado)

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. Revista Proposta, 72. Rio de Janeiro: FASE, março/maio de 1997.

_____. O Brasil no limiar do terceiro milênio. Estudos avançados. São Paulo, v. 14, n. 38, 2000. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 13 dez 2006.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos avançados. [online]. 2004, vol. 18, no. 51. Disponível em: www.scielo.br . Acesso em: 13 dez 2006.

_____. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. Estudos avançados. [online]. vol. 12, nº. 33, 1998. Acesso em 14 dez. 2006.

_____. O Brasil no limiar do terceiro milênio. Estudos avançados [online]. 2000, vol. 14, no. 38. pp. 247-259. Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em dez. 2006.

SILVA, Telma Salesa Santana da. Estudo de tratabilidade físico-química com uso de taninos vegetais em água de abastecimento e esgoto. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Brasil, 1999.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. Por uma política de saneamento básico: a evolução do setor no Brasil. 2004.

USEPA – United States Environmental Protection Agency 1990. Environmental Pollution Control Alternatives: Drinking Water Treatment for Small Communities. USEPA, Cincinnati.

VIEIRA, José Manuel Pereira. Implementação das recomendações da OMS referentes à Qualidade da Água para Consumo Humano. Aplicação em Portugal e na União Européia. Das Directivas, Incidentes no Ciclo Urbano da Água Covilhã, 19 a 21 de setembro de 2005. Universidade do Minho, Portugal, 2005.

WCED, COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

APÊNDICE 1 — Questionário aplicado

Recife, 22 de setembro de 2007.

Prezado Senhor(a), eu Sérgio Guimarães, aluno do Mestrado em Tecnologia Ambiental do ITEP, gostaria de contar com a valiosa colaboração de V.Sa; no sentido de responder este questionário. O seu apoio é muito importante, para que eu possa analisar a influência das políticas públicas de saneamento ambiental através da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no processo de desenvolvimento socioeconômico da Comunidade Chico Mendes

Por gentileza, responda este questionário e apresente as **sugestões** que considere importante. Desde já, agradeço toda atenção que me for dispensada.

1) A Prefeitura do Recife tem realizado ações de saneamento nesta Comunidade?

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

2) O senhor(a) considera que essas ações melhoram as condições de vida das pessoas que moram nesta Comunidade?

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

3) Se existe abastecimento de água na comunidade, qual é a frequência?

todos os dias

raramente

em dias alternados

outras opções _____

uma vez por semana

4) Existe esgoto na Comunidade?

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

5) Existe coleta de lixo na Comunidade?

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

6) O senhor(a) vê **as pessoas jogando lixo em locais não apropriados** como, por exemplo: rio, canal, canaletas, terreno baldio, campo de futebol, etc.?

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

7) A Comunidade dispõe de serviços de saúde? (centro ou posto de saúde, hospital, maternidade, etc.)

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

8) A Comunidade dispõe de serviços de educação? (escola, creche, etc.)

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

9) Existem outras instituições que prestam serviços à Comunidade além da Prefeitura?

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

10) Sugestões para melhorar o saneamento da Comunidade e preservação do meio ambiente.

11) O que o Senhor(a) entende por **Desenvolvimento Local e Inclusão Social**?

APÊNDICE 2 — Roteiro de entrevistas

Recife, 22 de setembro de 2007.

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Para realização das entrevistas foi utilizado o seguinte roteiro para organização e seqüência das perguntas e, conseqüentemente das respostas e sugestões, bem como para ordenar a fala dos entrevistados visando melhor aproveitamento durante o processo de transcrição das falas.

1. Saneamento básico na Comunidade Chico Mendes
2. Políticas Públicas (ações da Prefeitura)
3. Meio ambiente (situação atual e sugestões para sustentabilidade)
4. Desenvolvimento local (principal fonte de renda da comunidade e investimento público)
5. Inclusão social (nível de pobreza, educação e cultura local)

APÊNDICE 3 – Matriz de Categorização de Dados/Questionário aplicado

Matriz de Categorização de Dados

Questionário aplicado

SANEAMENTO AMBIENTAL	INCLUSÃO SOCIAL
Questão 1. Ações de saneamento	Questão 2. Melhoria das condições de vida
<ul style="list-style-type: none">• A Comunidade não é saneada, só tem serviço drenagem e as coleta de lixo, limpeza urbana;• A Comunidade é abastecida com esgoto, fossa, canaleta;• Há pavimentação e drenagem das ruas• Realiza coleta de lixo,; o abastecimento de água ocorre em dias alternados. Algumas ruas, as pavimentadas, têm esgoto, tem o sistema de esgoto, temos o ASA's, Agente de Saúde ambiental que aplicam dedetização em algumas casas e em alguns terrenos da Comunidade, controle de dengue feito pelo AOA (agente de Operações ambientais);• Saneamento básico, esgoto sanitário, pavimentação das ruas. Porém não em toda Comunidade, apenas em alguma parte;• Porque considera que os serviços estão tudo pela metade. Considero que todos os serviços está inacabado;• Tratamento de lixo.• A própria Comunidade não reivindica saneamento como prioridade• Calçamento com esgoto (canaleta tampada) onde se joga os dejetos. As ruas que não são calçadas têm esgoto a céu aberto e outras casas têm fossa	<ul style="list-style-type: none">• é preciso que se faça de fato um serviço de saneamento básico para melhorar a condição de vida;• melhora porque se evita doença;• melhora no sentido das pessoas ter acesso a uma moradia digna, a ter um nível de saúde melhor, pegam menos doenças;• melhora sim, porém devia ter uma maior fiscalização para um melhor trabalho dos técnicos na Comunidade. A melhora ocorre porque doenças são evitadas como leptospirose, elisipela, doença de chaga;• melhora em relação à saúde das mulheres, pois diminui a dengue, o sarampo, a filariose na Comunidade. Melhora também o acesso da Comunidade, pois os carros, caminhões, bicicletas entra por toda a Comunidade.• evita doença, dengue, melhora mercado, vendas, geração de renda, porque as pessoas podem circular pelas ruas, os caminhões podem entrar na Comunidade para abastecer os supermercados, vendas, armazém de construção;• pois evitam doenças, dengue, leptospirose.• PSF, PSA - que vêm desenvolvendo ações preventivas junto à população com relação à dengue, filariose, roedores, escorpiões.• muito pouco. Poderia fazer mais.

SANEAMENTO AMBIENTAL	INCLUSÃO SOCIAL
<p data-bbox="224 310 618 338">Questão 3. Abastecimento de água</p> <ul data-bbox="272 856 797 968" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="272 856 797 926">• em dias alternados (por um período de 24horas). <li data-bbox="272 940 797 968">• existem outras fontes: poço e cacimba 	<p data-bbox="824 310 1159 338">Questão 7. Serviços de saúde</p> <ul data-bbox="873 359 1474 1472" style="list-style-type: none"> <li data-bbox="873 359 1474 470">• na Comunidade existe o posto de saúde, PSF, mais hospital, PAM de Areias e maternidade, Afogados e Ibura, só em outras Comunidades; <li data-bbox="873 485 1474 596">• a Comunidade é atendida pelo posto de saúde e quase todos os funcionários do posto de saúde são morador da própria Comunidade; <li data-bbox="873 611 1474 764">• existe apenas um posto de saúde dentro da Comunidade. Quem precisa de hospital vai para o PAM de Areias e quem precisa de maternidade vai pra afogados; <li data-bbox="873 779 1474 890">• tem posto de saúde. A maternidade mais próxima é a de Afogados. Hospital tem o PAM de Areias ou hospital geral de Areias; <li data-bbox="873 905 1474 1058">• temos o posto, PSF. A Comunidade não tem hospital e maternidade, porém o distrito tem hospital, PAM de Areias e maternidade é a de Afogados, Bandeira Filho; <li data-bbox="873 1073 1474 1184">• a Comunidade possui apenas um posto de saúde. As vezes que a população usa os serviços de saúde de outras Comunidades; <li data-bbox="873 1199 1474 1268">• a Comunidade só tem um posto de saúde e agora tá com pouco médico; <li data-bbox="873 1283 1474 1352">• sempre tem medico. Os médicos (duas equipes) são excelentes <li data-bbox="873 1367 1474 1472">• o serviço de saúde precisa melhorar. Tem profissionais que não tem compromisso (médico, enfermeira, auxiliar e agente de saúde)

SANEAMENTO AMBIENTAL	INCLUSÃO SOCIAL
<p data-bbox="224 310 430 342">Questão 4. Esgoto</p> <ul data-bbox="272 394 799 1465" style="list-style-type: none"> • existe esgoto apenas na rua pavimentada que são apenas seis. Tem um canal principal no centro da Comunidade que recebe o sistema de drenagem, das ruas pavimentada. É umas das maiores necessidades da Comunidade: o sistema de esgoto e pavimentação das rua; • é a minoria da Comunidade é que tem sistema de esgoto; • o esgoto é feito através do canal. Porém o canal precisa ser limpo sempre; • em algumas rua. Em algumas casa existe fossa. Porém em algumas casas nem fossa, nem banheiro existe. Os dejetos ficam a céu aberto ou joga no rio; • o esgoto é apenas para algumas casa. Tem muitos casos que o esgoto da casa dá no esgoto sanitário; • o sistema de esgoto na Comunidade é bastante precário. Precisa melhorar; • porém tem local na Comunidade que o esgoto é a céu aberto. Isso faz com que a Comunidade tenha uma muriçoca. • esgoto a céu aberto devido a falta de saneamento • só nas ruas calçadas 	<p data-bbox="824 310 1198 342">Questão 8. Serviços de educação</p> <ul data-bbox="873 363 1477 1497" style="list-style-type: none"> • funciona a creche, a escola municipal Chico Mendes. Na associação de moradores funciona o anexo da escola municipal, com aulas no turno da noite, para jovens e adulto; • a creche, a escola que funciona na associação de moradores, duas salas de aula; • pra o ensino fundamental, municipal. Estão construindo uma escola, ao lado do posto. Pra o ensino médio, vai pra outros bairros; • tem escola municipal, anexo na associação de moradores onde funciona duas turmas de jovem e adultos. As crianças do bairro estudam no centro social urbano de Areias. Quem precisa fazer o ensino médio vai pra outro bairro, porque em Chico Mendes não tem ensino médio; • a Comunidade possui o serviço da rede municipal que é o ensino fundamental. Quem for fazer ensino médio, estadual, vai para as Comunidades vizinhas, Caçote e Areias; • a escola municipal está sendo construída. Quem precisa estudar no ensino médio vai pra outro bairro; • a escola municipal tá sendo construída. O que a Comunidade tem são duas salas de aula funcionando no turno da noite, na associação de moradores. • tem a creche • creche

SANEAMENTO AMBIENTAL	INCLUSÃO SOCIAL
<p>Questão 5. Coleta de lixo</p>	<p>Questão 9. Outras instituições que prestam serviços à Comunidade além da Prefeitura</p>
<ul style="list-style-type: none"> • ocorre todos os dias. O sistema de coleta é excelente na Comunidade; • todos os dias. Nos três turnos: manhã, tarde e noite; • é bem servido do sistema de coleta de lixo. Os funcionários da Prefeitura conseguem atingir todas as ruas. Nos locais onde o caminhão não entra a coleta é feita com as carroças; • todos os dias passa o caminhão. Porém ainda existem pessoas que jogam lixo nas esquinas, no campinho. O caminhão passa o dia inteiro manhã, tarde, noite porque são várias ruas. Os lixos são acondicionados em sua maioria em sacos. Os lixos geralmente ficam nos quintais, porque as casas são muito pequenas. Em algumas casas é que tem o depósito de lixo na cozinha; • a coleta é bem feita. Ocorre todos os dias, todas as horas, manhã, tarde e noite; • é bastante eficiente, pois é regular, mesmo dia de feriado a coleta ocorre; • é muito bem feita. • existem pontos de confinamento e a coleta é diária • todos os dias, mas ainda existem pessoas que jogam lixo no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • ONG visão mundial: capacitação e projetos de geração de renda; ONG justiça e paz: assessoria jurídica à Comunidade; UNICAP-NUAMPO: assessoria social na creche, na Associação de Moradores, aos idosos da Comunidade; • ONG Justiça e Paz: assessoria jurídica à Comunidade e também realiza capacitação; UNICAP-NUAMPO: com estagiária de serviço social trabalhando na creche e com os idosos; • Visão mundial: traz cursos profissionalizantes, oferece empréstimo; UNICAP-NUAMPO: contribui com as estagiárias de serviço social na creche e com os idosos; • NUAMPO-Católica: grupo de idosos, na creche; Clínica de fono - Católica; Clube de Mães: desenvolve atividades festivas para a Comunidade; • ONG Justiça e Paz que presta assessoria jurídica à Comunidade, através da associação de moradores; ONG Habitat: com projeto "negócio em casa" para gerar renda para a Comunidade; • UNICAP-NUAMPO: as estagiárias de serviço social trabalham com idosos e a creche; • UNICAP-NUAMPO: com os trabalhos dos idosos, na creche. • não cita as instituições • UNICAP, JUSTIÇA E PAZ (cursos profissionalizantes)

SANEAMENTO AMBIENTAL	INCLUSÃO SOCIAL
<p>Questão 6. Lixo em locais não apropriados</p>	<p>Questão 11. Desenvolvimento Local e Inclusão Social</p>
<ul style="list-style-type: none"> • as vezes sim. A população precisa ser educada em relação a colocar os lixo em locais correto; • falta ainda educação ambiental por parte da população da Comunidade. A população ainda não entendeu povo limpo é povo desenvolvido; • é preciso ser feito um processo de educação na área de preservação de meio ambiente em termo de limpeza urbana; • todos os dias, todas as horas, inclusive os agentes de saúde. Falta conscientização das pessoa; • jogam nas canaletas, no campo. Tem muito moradores que jogam lixo nos esgoto; • com esse tipo de atitude, a Comunidade fica suja, com bichos,ratos, baratas e muriçocas; • as pessoas joga muito lixo na beira do campo. Principalmente resto de galinha. • no Rio Tejió • as pessoas jogam o lixo depois que o caminhão passa. Precisa melhorar a educação e a conscientização das pessoas. Depois de alguma campanha aparece resultado, mas não demora e as pessoas voltam a jogar fora do lugar.certo. 	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento local: deve ser a chegada de cursos para jovens para gerar renda para a família. Inclusão social: através do serviço social se consegue atingir a inclusão social. Isto acontecia através da implantação dos programas sociais: Projovem, PETI, Bolsa Família. A Comunidade é assistida apenas pelo Bolsa Família; • desenvolvimento local: é gerar renda, com por exemplo, promover uma feirinha para gerar renda pra Comunidade. Inclusão social são os cursos que a Prefeitura e as ONG's oferecem pra população da Comunidade pra elas melhor de vida; • desenvolvimento local: isto será através de cursos, capacitação com os moradores da Comunidade. Através desses cursos e capacitação se tem a inclusão social. Por exemplo: a pessoa faz um curso de cabileira, então é mais fácil conseguir um emprego, com alguma capacitação profissional; • a principal fonte de renda da Comunidade se faz através do comercio. Na população da Comunidade tem muitos pensionista, aposentados e muitos tem acesso ao bolsa família; • desenvolvimento local: desenvolvimento da Comunidade. Este desenvolvimento não só geograficamente falando, mais também em termos de condição de vida, moradia. Inclusão social: é a participação dos moradores na luta pela melhoria do local. O que mais gera renda na Comunidade é o trabalho informal. • desenvolvimento local: precisa ter mais curso profissionalizante, mais curso de curta duração pra gerar renda pra população da Comunidade. Inclusão social: se consegue através do estudo formal; • desenvolvimento local: é o que aconteceu em Chico Mendes, pois antes não se tinha energia elétrica, hoje temos. Antes não tinha comercio na Comunidade, hoje já tem. Inclusão social: é o que

	<p>se precisa fazer aqui em Chico Mendes.</p> <ul style="list-style-type: none"> desenvolvimento local: o poder publico investir em ações educativas e em cursos profissionalizantes para melhorar renda. Inclusão social: o poder público e as parcerias fazer ações para valorizar a população. desenvolvimento local e Inclusão social: o emprego é a chave de tudo.
SANEAMENTO AMBIENTAL	INCLUSÃO SOCIAL
<p>Questão 10. Saneamento da Comunidade e preservação do meio ambiente.</p> <ul style="list-style-type: none"> deve chegar o saneamento básico na Comunidade, para melhorar a saúde da população da Comunidade,. A Prefeitura devia pavimentar todas as ruas. A Prefeitura devia fazer drenagem independente da pavimentação; é preciso trabalhar o processo de conscientização por parte dos moradores sobre preservar o ambiente, a Comunidade em termos de limpeza tanto de sua própria casa, como da Comunidade; precisa-se pavimentar as ruas, fazer as canaletas. Precisa-se plantar mais arvore na Comunidade; podia fazer um trabalho de arborização de plantar arvores. Palestra pra conscientizar a população. Mais divulgação na "mídia" sobre preservação do meio ambiente. Uma ação mais articulada: PSF, Creche, Associação de Moradores; mais ações por parte da Prefeitura. A Comunidade precisa se organizar melhor pra reivindicar mais. Precisa de um programa socioeducativo sobre meio ambiente. Devia fazer uma parceria: ONGs, liderança da Comunidade, Prefeitura pra promover palestras; precisa um aumento das ações da Prefeitura na área de pavimentação e drenagem. Precisa orientar a população em 	

<p>como cuidar de seu lixo;</p> <ul style="list-style-type: none">• aumentar a construção de canaletas. <p>Controlar as queimadas, e a queima de pneus e fios que tem muito na Comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none">• comunidade junto ao OP solicitando o saneamento como prioridade.• os governantes devia dá mais atenção ao saneamento básico para as pessoas ter uma vida melhor	
---	--

**APÊNDICE 4 – Matriz de Categorização de Dados/Entrevistas/Respostas
Espontâneas**

Matriz de Categorização de Dados

Entrevista - Respostas Espontâneas

1. Saneamento básico na Comunidade Chico Mendes

- A gente teve muita necessidade de saneamento, mas ele não chegou ainda. Chega pavimentação, chega rede de esgoto (canaletas de águas pluviais), mas não tem saneamento. Temos água, dia sim dia não. Todas as casas têm água da compesa. Aqui nós temos uma coleta de lixo perfeita.
- A gente não tinha água encanada, era difícil, a nossa vida aqui, era uma vida totalmente difícil. Com o desenvolvimento da Comunidade, agora a gente temos água encanada. Nem todos são legalizado. Nós temo a coleta do lixo e tombém aqui a gente já teve palestra sobre meio ambiente, e os pessoal, a maorias, tem muitas pessoa aqui consciente, não joga lixo no canal, não faz sujeira no meio da rua.
- Hoje temos é a nossa própria água, porque muitos fizeram clandestino, mas a gente tem o mais que desfrutá, mas porque a água ela só vem um dia e outro não e assim muito pouca. O lixo, nós temos coleta, normalmente é de manhã às 7 horas. Já negócio de esgoto sempre há aí algumas rua com o esgoto a céu aberto e as criança pequena que criança gosta muito de tá brincano em esgoto.
- Aqui dentro mermo necessita muito ter saneamento básico. Negócio de lixo tem vez, quando eles vê a zoada do carro do lixo, eles já corre com o lixo pra botá, não deixa pra quando ele não passa mais, isso é falta de higiene. Eu sempre quando saiu pra trabalhá a única coisa que eu faço com meu lixo penduro na minha cerca
- Hoje a gente tem um canal que atravessa a Comunidade, mas não dá condições de todas as pessoas usufruir dele. Esse canal que é desaguado no rio Tejipió e também poluindo o rio e que seria para águas fluviais.
- O saneamento básico aqui na Comunidade de Chico Mendes não tem sido o bastante para que a gente de fato fique satisfeito, mas tem a vantagem, porque nós temos a o esgoto sanitário, nos temos já algumas drenagens de água.
- No bairro de Chico Mendes não existe o saneamento básico, e é uma das prioridades. Principalmente pra diminuir o risco à saúde. A gente vê em outros bairros carentes, onde o número de doenças era alto e hoje conseguiu, principalmente com relação à diarréia.

2. Políticas Públicas na Comunidade Chico Mendes.

- Nós temos uma escola sendo construída, e já existe duas sala de aula dentro da associação. Nós temo posto de saúde, nós temo creche. Nós temos rua pavimentada. São 6 ruas todas impracadas, não tem dificuldade de entrar um carteiro, de chegar ninguém procurano nosso endereço. É Pouco a ação da Prefeitura. A gente tamo atuante e participa do orçamento participativo, (...) Aí, quando chega não é bondade, é direito e é nós que vai busca. Nós deve a nós mermo, a nossa luta.
 - Nós temos esse posto de saúde, nós temos a construção do colégio, ela (PCR) tá fazendo muita coisa, muita coisa ao benefício da nossa Comunidade. Agora nós temos que botá na cabeça, que é o povo ele tem que ele ter consciente, pra vim ajudar no nosso desenvolvimento da nossa Comunidade.
 - Porque nós temos da nossa Comunidade pessoas trabalhando na nossa própria Comunidade, nós temo nossos próprios moradores trabalhando.
 - Eu acho que a prefeitura só mais entra aqui época de eleição, teve muita coisa pra ser feito e a prefeitura
-

não tá nem aí, que eu sei disso, só que eu não vou citá nome que não adiante, né? Agora tem a UNICAP que ajuda muito a gente na creche, que eu mermo trabalho na creche,

- É negócio de político. Quando vai ter tempo de eleição é uma festa aqui dentro. O que eles fornece pra gente? Eles calçaro a rua, a gente trabalha pra ele com conta de luz, trabalha pra ele tudinho. Essa coisa de político eu não tenho o que dizer nada, é muito bom.
- Minha sugestão é que se tivesse um trabalho integral, mais palestras, mais conscientização, porque a gente denuncia as coisas e a gente não vê um retorno imediato
- Nós entendemos que a política pública ela dá a partir do momento que a gente vai correr atrás, porque órgão público eles só trabalha sobre pressão, ele não trabalha de fato porque ele é bonzinho, ou agrade a algo, ou porque eu sou tão brabo assim, não.
- Eu acho que deveria existir mais um planejamento junto com esses órgãos pra tentar melhorar o bairro de Chico Mendes. Poder público atuar mais e dá mais assistência porque é um bairro que necessita do poder público.

3. Meio Ambiente na Comunidade Chico Mendes.

- O que a gente acharia que, como resolveria, é trazeno curso, trazeno pesquisa, trazeno orientação, ensinando a eles que não jogasse o lixo na rua, que é como é, tinha que ser guardado tinha que ir pro matto, o que não ser aproveitádo, né? A gente precisa realmente ter as aula de orientação.
 - A gente formou essa Comunidade em cima dos lixo. E aqui era muito lixo. Aí foi desenvolveno aqui, tombém tinha, era bicho de pé e com o movimento da associação dos moradores, e com a com ajuda da Presidete, a gente tamos preservano o meio ambiente, espero que cada dia mais os pessoal, os moradores seja consciente e prante árvores para melhorar o meio ambiente, o oxigênio da agente
 - Eles queria abrir parque, uma praça, porque nossas criança precisávamos de uma praça, porque a gente leva nossas criança pra mais próxima na nossa Comunidade é em Vila Cardeal. Agora se tivesse dentro da nossa Comunidade seria fundamental e eu olho assim e vejo que não é. Nós não temos como fazer a praça, porque o único canto, o único canto a mais que tem é o campo, mais o campo não pode fazer.
 - Aqui eu acho que se tivesse uma praça, que não tem praça, pra melhorar o ar da gente que támo precisano. Se fizesse limpeza nos canal, que tem canal, parte aí do canal que só é lixo quando chove que entope, que alaga a parte de lá que sempre é mais prejudicada, que eu acho, eu acho não, eu vejo falar porque a parte de lá é mais baixo, aí qualquer entupimento, invade lá d'água.
 - Tem muita gente aqui desempregada, veve catándo lixo de caixa, comida, é pegano aquele bicho a abre os saco. Deveria ter mais emprego pra essas pessoa mermo de dentro da Comunidade, nem todos aqui não tem emprego.
 - A gente tem muita gente perdendo audição, por conta do ruído do avião, que é muito alto. O ruído do avião que é altíssimo. Tem o desmatamento, a gente tem uma mata aqui próxima que só a polícia com as empresas que usufrui dela e tentam acabar com a mata. Tem também o rio Tejipió que tá sendo fechado, tá sendo aterrado mesmo com o lixo, a gente não tem visto limpeza de rios, e arborização na Comunidade que não existe. Então melhorou em partes porque tem a coleta do lixo coletivo, tem a coletá do lixo geral, tem a coleta é hospitalar que vem do posto de saúde, mas não tem a conscientização da população, que é o mais grave.
 - A questão de meio ambiente na minha opinião, eu acho que ta faltando muita boa vontade de todos de tudo, das ONG's, das parcerias que também existe dentro dessas Comunidade, o trabalho sócio-educativo
-

de preservação com os adolescentes, com as criança, que nas escola seja, desde o maternal, uma coisa que mostre ele é capaz de se corrigi.

- Com relação ao meio ambiente existe o programa de saúde ambiental que foi criado em 2001, onde o índice de doenças era muito alto antes do programa de saúde ambiental, mas com a formação do Agente de Saúde Ambiental no dia-a-dia, o índice diminuiu com certeza, principalmente com relação à **dengue, a leptospirose, aos escorpiões**, que é um trabalho que vem sendo desenvolvido diariamente na comunidade e...

4. Desenvolvimento local Comunidade Chico Mendes

- Porque aqui a renda que o pessoal tem são delas mesma, particular. Porque aqui tem supermercado, são particular. Aqui tem as costureiras. A maioria do menino não tem emprego, aqui eles são puxador de carroça, eles catam o lixo, eles vendem no deposito. A única assim renda da prefeitura é quando vem a bolsa família.
 - A gente junto com a prefeitura e associação dos moradores tá realizando uma cruzada no dia, dia 29 e 30 de setembro, junto com todo o povo da Comunidade e aí vem o desenvolvimento da Comunidade, por que o povo pede e a associação atende.
 - Veja, a única geração de renda que temos no momento é a creche. Porque ajuda a Comunidade, aos funcionários, é a escola, é o posto de saúde que tombem é um dos nosso que ajuda a Comunidade e os agente de saúde.
 - A bolsa família e a bolsa escola que agora eu acho que é a única só. O que a gente precisava era que houvesse assim, um investimento. Porque há uma necessidade que nós temos aqui muito com a famílias carente, e que houvesse uma oportunidade de cada um ter seu próprio negócio.
 - Eu acho assim, que a presidente da nossa associação ela trabalha muito sobre isso, ela sempre traz curso, eu mermo já fiz três curso, já aqui, ela traz curso pra os adolescentes, os jovem assim, as pessoas também da minha idade tá aqui dentro aprendeno um profissão, como ganhar o dinheiro deles, ela já teve assim gente, teve pedreiro, tem o de reciclagem, tem fotografia, eu acho que ajudaria muito.
 - É que dizer geração de renda é dizer trabalho, né? Emprego, né? Emprego os pessoal ganha um salário, Aqui deveria ter mais emprego a pessoa, que não é assim consegui trabalho assim pra sustentár sua família, né?
 - A Comunidade já foi apenas montânhas de lixo, riachos de água de chuva e barracos. Hoje melhorou bastante porque temos muita casa já construída, porque temos o comércio, tem creche, tem escola que funciona na associação, mas que tá seno construída uma escola boa com sala de aula e quanto a desenvolvimento local, as pessoa vive e sobrevivem do que constrói. Hoje a gente já tem ruas pavimentadas, creches e pessoas é que contribuem através do da área de saúde, como agente de saúde, a a é os médico, enfermeiros que hoje em dia nenhum tão mais porque eles, a proposta do P.S.F. que a gente assim...
 - O desenvolvimento local, ele tem te dado a partir do momento dos calçamento de rua, de uma drenage de rua, de um esgotamento sanitário. Isso eu entendo por desenvolvimento local, porque acessibilidade aonde a rua pode entrar um carro, pode entrar uma ambulância, o idoso, a criança pode andar mais livremente, sem correr o risco de caí, por causa de alguma deformação nos solo tudinho, uma deformação no passeio todos, então o desenvolvimento local dar-se a partir daí.
 - É um bairro carente. O pessoal aqui tem aquele salário mínimo e existe outro tipo de renda que é o
-

informal. É depósito (“de reciclagem, mais ou menos uns dez, organizados pelo pessoal da Comunidade”). Isso é uma fonte de renda informal e é feito um trabalho de desratização nesses locais. O pessoal tem várias barracas (“de alimentos, guaraná do Amazonas, etc.”), tem esse tipo de trabalho. Outro tipo de renda além do salário mínimo. O pessoal é de um bairro carente.

5. Inclusão social na Comunidade Chico Mendes

- A creche que tem alguns funcionários da Comunidade, que é pela prefeitura. Aí que dizer que eles na Comunidade, eles já tem, como se diz, progama e ganhamo o dinheiro deles na creche. E a escola daqui pra frente já tem alguém... Num lugar desse histórico, é acho que deveria os órgão público olhar mais E desenvolver mais alguma coisa, que eles pudesse viver, ter uma vida mais digna dentro da própria Comunidade.
 - É eu sou da cultura, eu tenho muitas coisa pra falar que as crianças e os jovem daqui: eles precisam de uma oportunidade para vim desenvolver o talento deles e através da cultura que eles desenvolve o talento deles, porque tem muitas muitas menino aqui, que eles sabe fazer grafitáge, eles sabe muitas coisa, eu acho que a prefeitura ela deveria investir mais sobre os jovens daqui de Chico Mendes.
 - Inclusão social é que tem pessoas que não tem condições nenhuma de assim, numa situação difícil, precisado de ajuda e a gente não temos muita cobertura com a ação social. A cultura, ela facilita, porque ela entra mais na nossa Comunidade, já até temos um grupo e aí as pessoas tem grupos de apresentação e outras coisa mais e agora nos temos aqui. Que nós tínhamos aqui constantemente a UNICAP. A UNICAP, ela tem participado e agora ela tem dado muita força..., eles tão entrano no grupo agora com mais força....
 - Pra começá uma boa escola, uma boa escola. Que as vezes aprende o lugar com o filho na escola e ele não aprende o tipo de ensino, o ensinamento fosse melhor, eu digo porque estagiei em uma escola pública, assim municipal e vejo, a o ensinamento é muito decadente com o público, demais, demais mermo.
 - O negócio do bolsa família. Aqui dentro tem alguém, não é só aqui, todo canto tem muita gente pobre, é sei não é muita gente pobre, pobre que precisa, sei lá tem que ter sempre um auxílio, um dinheirinho pra comer, pra sustentar a família, né?
 - tem pessoas muito bem empregados, mas que luta e que acha que é uma renda extra é melhor, aí fica difícil de qualquer competir, a grande maioria é excluído, então eles não tem direito a alimentação, a uma educação básica, eles não tem direito a uma boa escola, eles são discriminados pelo órgãos públicos e quanto a assim, o ideal seria que os órgãos trabalhassem integrado.
 - a inclusão social, programa da família, programa jovem, o programa do adulto, o da criança, a cultura, o conhecimento, a radicalização ou a diminuição do analfabetismo, onde as pessoas pode crescer juntas, podem ver outra visão da vida, nós temos aqui um escola que alguns dão aula pra senhoras de idade estudando, não tiveram a oportunidade na vida passada, mas alguns tem a facilidade, isso é inclusão social
 - A gente pode notar aqui no bairro de Chico Mendes até o momento não existe escola, está sendo construída uma escola agora, No momento essa escola de Chico Mendes se encontra no centro de Areias, que quando ela foi construída ia passar pra cá, mais no momento não existe escola, lazer, área de lazer não tem , existe um campo aqui ao lado que o pessoal, crianças, mais área de lazer não existe. Deveria existir mais um uma atenção com relação à educação um investimento nesse lado, educação.
-

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)